

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



PROJOVEM

Adolescente

Caderno do Orientador Social – Ciclo I
Percurso Socioeducativo IV

Coletivo Questionador

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Vice-Presidente da República

Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

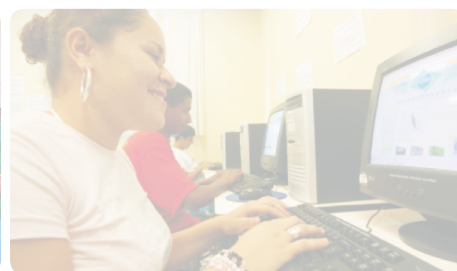
Arlete Avelar Sampaio

Secretária Executiva

Rosilene Cristina Rocha

Secretária Executiva-Adjunta

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



PROJOVEM Adolescente

**CADERNO DO ORIENTADOR SOCIAL – CICLO I
PERCURSO SOCIOEDUCATIVO IV**

“Coletivo Questionador”

1ª Edição

**Brasília
2009**

Expediente:

Esta é uma publicação técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Secretaria Nacional de Assistência Social – Respondendo: Rosilene Cristina Rocha

Diretora do Departamento de Gestão do SUAS: Simone Aparecida Albuquerque

Diretora do Departamento de Proteção Social Especial: Valéria Maria Massarani Gonelli

Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais: Maria José de Freitas

Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social: Fernando Antônio Brandão

Diretora do Departamento de Proteção Social Básica: Aidê Cançado Almeida

Coordenadora-Geral de Regulação das Ações de Proteção Social Básica: Mariana López Matias

Assessor Técnico do Departamento de Proteção Social Básica: Alexandre Valle dos Reis

Colaborador: Jeison Pábulo Andrade.

Consultoria:

Claudio Ribeiro Huguet (Saúde);

Elisa Dias Becker Reifschneider (Direitos Humanos e Socioassistenciais);

Fabiano Antônio dos Santos (Esporte e Lazer);

Fábio Deboni da Silva (Meio Ambiente);

Felipe Sobczynski Gonçalves (Esporte e Lazer);

Fernanda Severo (Cultura);

Mercedes Manchado Cywinski (Política Pública para Juventude);

Renata Gerard Bondim (Políticas Públicas de Qualificação Social e Profissional para o Trabalho Juvenil) e

Renata Junqueira Ayres Villas Boas (Projeto e Prática Comunitária).

Tiragem: 30.000 exemplares

Projeto Gráfico: Grafix Dourado & Souza Ltda CNPJ: 02.341.721/0001-90

Impressão: Gráfica Brasil

Coordenação da Publicação: Departamento de Proteção Social Básica

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria Nacional de Assistência Social

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, sala 641

CEP: 70.054-900 –Brasília – DF

Telefone 0800 707 2003

<http://www.mds.gov.br>

Caderno do Orientador Social : Cido I : Percurso Socioeducativo IV : “Coletivo Questionador” / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

80 p. (Projovem Adolescente : Serviço Socioeducativo)

ISBN 978-85-60700-20-2

ISBN 978-85-60700-26-4

1. Juventude. 2. Assistência Social. 3. Políticas Públicas. 4. Serviço socioeducativo. 5. Participação cidadã. 6. Formação Técnica Geral para o trabalho. 7. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. I. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. II. Título.

Apresentação

O tema da juventude ocupa um lugar de destaque na Agenda Social do Governo Federal, cujos objetivos gerais são a redução da pobreza e da desigualdade, a erradicação da fome e a promoção da autonomia e da inclusão social das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade.

Com igual ênfase política e de maneira complementar ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, a Agenda Social enuncia prioridades e organiza as ações que vêm demonstrando, na prática, ser possível promover o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

No processo de construção da Agenda Social, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Trabalho e Emprego – MTE, da Educação – MEC, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ constituíram um Grupo de Trabalho com a tarefa de discutir a integração de programas governamentais voltados aos jovens – Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. O objetivo foi elaborar uma estratégia que articulasse intersetorialmente as políticas públicas e os respectivos programas, conferindo-lhes escala, otimizando ações e potencializando resultados.

Como resultado dessa iniciativa, optou-se pela reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, criado em 2005, ampliando sua faixa etária para o público de 15 a 29 anos e criando quatro modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo – Saberes da Terra. O novo Projovem foi lançado em setembro de 2007 pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e posteriormente regulamentado pela Lei nº 11.629, de 10 de junho de 2008.

A intersetorialidade na concepção e implantação do Projovem vai além da sua gestão compartilhada e busca alcançar a efetiva integração de programas e ações promovidos por cada um dos ministérios parceiros. Sua lógica visa assegurar um atendimento integral e contínuo aos jovens dos 15 aos 29 anos de idade, oferecendo-lhes a possibilidade de participação nas diversas modalidades do Programa.

O Projovem Adolescente, coordenado pelo MDS, é voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como forma de promover e garantir a intersetorialidade na modalidade Projovem Adolescente foi constituído um comitê, sob a coordenação do MDS, com representantes dos ministérios e secretarias parceiros, a saber: Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho, da Educação, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude.

Um importante avanço na concepção da política de proteção e promoção social para os jovens e suas famílias é o aprofundamento da integração entre as transferências de renda e os serviços socioassistenciais. A alteração dos critérios de concessão dos benefícios variáveis do Programa Bolsa Família, estendidos às famílias com jovens de 16 e 17 anos que frequentam a escola, foi articulada à modalidade Projovem Adolescente, como parte de uma acertada estratégia de promover a integração das políticas sociais voltadas à juventude, público mais exposto à violência e ao desemprego.

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo configura-se, assim, como mais um passo importante na consolidação da rede de proteção e promoção social que estamos construindo de forma republicana e pactuada no Brasil. Ele é mais um componente do processo de construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implementado com a atuação solidária do Governo Federal, de Estados, de Municípios e do Distrito Federal.

Desde a criação do MDS, em janeiro de 2004, temos trabalhado vigorosamente pelo fortalecimento e institucionalização das políticas de proteção e promoção social, promovendo a estruturação de uma rede articulada de políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Renda de Cidadania. Estamos ainda ampliando e integrando as ações de geração de oportunidades para a inclusão produtiva voltada às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Nosso compromisso é consolidar essas políticas no campo das políticas públicas de garantia de direitos de cidadania, regulamentadas com padrões de qualidade, critérios republicanos de alocação de recursos, transparência e controle social.

No Projovem Adolescente, esse compromisso está expresso neste conjunto de publicações. Aqui são apresentados os fundamentos, a concepção, os referenciais e princípios metodológicos estruturantes e norteadores das ações integrantes do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.

Mais do que superar a fome e a miséria – estabelecendo um patamar mínimo obrigatório de dignidade humana – é necessário garantir a todos as oportunidades para desenvolverem plenamente suas potencialidades e capacidades e, assim, viverem de forma digna e autônoma. Esse é o propósito que une as pessoas de bem, comprometidas com a justiça social, que tratam as políticas sociais de forma republicana e suprapartidária, como uma responsabilidade do poder público com a melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos, principalmente daqueles historicamente alijados do processo de desenvolvimento do País. O investimento que estamos fazendo hoje em nossa juventude seguramente trará frutos não apenas para seus beneficiários diretos, mas para toda a nação brasileira.

Patrus Ananias de Sousa

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Projovem Adolescente na Política Nacional de Assistência Social – PNAS

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo integra a Política Nacional de Assistência Social, política pública de proteção social de caráter universalizante, que se materializa por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, composto por uma rede articulada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A política de assistência social, desenvolvida no âmbito da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, organiza-se em proteção social básica (que visa a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições em várias dimensões e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários) e em proteção social especial (que visa a proteção a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, em decorrência de abandono, maus-tratos, exploração sexual, envolvimento com atos infracionais, trabalho infantil, entre outras). A intervenção de cada forma de proteção, ou de ambas, depende das necessidades dos contextos de prevenção ou da ocorrência de riscos e da complexidade dos danos sociais e do comprometimento do direito à vida e à sobrevivência que envolva indivíduos, famílias ou grupos sociais.

Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a concepção de proteção social amplia o campo da assistência social pelo significado preventivo incluído na ideia de proteção. “Estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão / precarização / privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição.” (SPOSATI, 2007, p. 17).

A PNAS, nessa perspectiva, organiza sua rede socioassistencial não mais em função de públicos, mas de seguranças que respondam às necessidades e assegurem direito, dentre os quais:

(a) **segurança de renda**, cujo objetivo é garantir que todo cidadão brasileiro, independentemente de ter vínculos ou não com trabalho, tenha acesso à provisão material necessária para suprimento de suas necessidades básicas, por meio do acesso aos benefícios socioassistenciais e a outras formas de transferência de renda. A segurança de renda também se materializa por meio da realização de projetos de enfrentamento à pobreza;

(b) **segurança de acolhida**, que visa garantir o direito das pessoas ao atendimento, por profissional qualificado, para obter informações sobre direitos e como acessá-los. Em casos de abandono, fragilização ou perda de vínculos familiares ou em situações que impeçam a convivência e a permanência na família, os serviços de acolhida operam na atenção às necessidades humanas de abrigo, reforço (ou construção) de vínculos familiares, proteção à vida, alimentação e vestuário;

(c) **segurança do convívio**, que tem por foco a garantia do direito constitucional à convivência familiar e à proteção à família, com vistas ao enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias e estigmatizantes, por meio de ações centradas no fortalecimento da autoestima, dos laços de solidariedade e dos sentimentos de pertença e coletividade. Alguns autores¹ se referem às relações de convivência como uma rede de apoios de sociabilidades, capaz de oferecer um ambiente educativo e emocionalmente seguro às pessoas em sua convivência social.

O Projovem Adolescente articula um conjunto de ações dos dois âmbitos da proteção social – básica e especial – e busca desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se a jovens de famílias em condi-

ções de extrema pobreza e àqueles marcados por vivências resultantes de diferentes circunstâncias de riscos e vulnerabilidades sociais – retirados de situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica, abandono, negligência e maus-tratos – e alguns em situação de conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto ou egressos de medida de internação – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

De forma preventiva e potencializadora do papel de referência e contrarreferência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o Projovem Adolescente visa contribuir para fortalecer as condições de autonomia das famílias e dos jovens, para que possam gerir seu processo de segurança social.

O Projovem Adolescente, como serviço socioeducativo, apoia-se em dois importantes pilares do SUAS:

1) **matricialidade sociofamiliar**: que considera a capacidade protetiva e socializadora da família (seja ela biológica ou construída) em relação aos jovens em seus processos peculiares de desenvolvimento, assim como leva em conta a necessidade de que as políticas públicas compreendam a família como portadora de direitos e de proteção do Estado, bem como assegurem o seu papel de responsável pelo desenvolvimento dos jovens e garantam o exercício pleno de suas funções sociais;

2) **territorialização**: o serviço deve ser ofertado próximo à moradia dos jovens e suas famílias, no território de abrangência do CRAS. Define-se aí um universo cultural e histórico e um conjunto de relações e interrelações a serem considerados, bem como situações a serem objeto da ação articulada das diversas políticas públicas.

Outro fato a destacar é a **intersetorialidade** dos serviços socioassistenciais que diz respeito à:

a) oferta tanto do Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente, como de outras políticas públicas básicas (Saúde, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Trabalho, Esporte e Lazer, Cultura, Direitos Humanos e Segurança Alimentar);

b) socialização e democratização do acesso a esses serviços e benefícios; e

c) articulação e funcionamento intersetorial dos serviços, como condições para sua universalidade de acesso e de ampliação dos direitos de cidadania das pessoas.

O conjunto de necessidades decorrentes da pobreza e dos processos de exclusão social e vulnerabilidades sociais, aliado às necessidades peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida, exigem ações que vão além da transferência de renda e bens materiais. Trata-se de associar serviços e benefícios que permitam a prevenção de riscos e contribuam para o reforço da autoestima dos jovens, o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação de seu acesso e usufruto à cultura e aos bens sociais.

As ações de proteção social que viabilizam um conjunto de bens sociais, serviços e benefícios não-materiais situam-se no arco dos serviços socioeducativos que se constituem no caráter principal do Projovem Adolescente e estarão refletidas no Traçado Metodológico.

O Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente integra-se a outras estratégias de ação voltadas para as famílias, tais como o Programa Bolsa Família – PBF e o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, implementados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e aos programas e serviços de proteção social especial executados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, voltados aos jovens, às famílias e



à comunidade. Essa integração se dá de forma complementar e não substitutiva, de modo a proporcionar alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social decorrente das condições de pobreza e de desigualdades sociais, as quais afligem milhares de famílias nas diversas regiões do Brasil.

Decerto os problemas sociais estão arraigados profundamente na vida dos homens e mulheres desse país. São problemas complexos e de difícil solução. Atuar em escala e preventivamente junto à juventude, abrindo-lhe oportunidades de desenvolvimento humano, inserção social e participação cidadã, como propõe o Projovem Adolescente, é um passo importante que se dá rumo à sociedade que almejamos construir.

Secretaria Nacional de Assistência Social

Sumário

1. Objetivos, estrutura e funcionamento do Projovem Adolescente – serviço socioeducativo	16
2. Concepção e metodologia das ações socioeducativas	18
3. Percorso Socioeducativo IV: “Coletivo Questionador”	21
3.1. Transição do Ciclo I para o Ciclo II do Projovem Adolescente	21
3.2. Objetivos do percurso.....	25
3.3. Planejamento das ações socioeducativas	25
4. Conteúdos, atividades e dinâmicas dos temas transversais no Percorso Socioeducativo IV	33
4.1. Juventude e trabalho	35
4.2. Juventude direitos humanos e socioassistenciais	45
4.3. Juventude e meio ambiente	47
4.4. Juventude e saúde	53
4.5. Juventude e esporte e lazer	60
4.6. Juventude e cultura	64
5. Bibliografia.....	72

Introdução

Este Caderno do Orientador Social – Ciclo I – **Percurso Socioeducativo IV – “Coletivo Questionador”** é parte integrante do conjunto das publicações elaboradas pelo MDS com o intuito de proporcionar, às equipes profissionais e aos gestores responsáveis pelo Projovem Adolescente em todo o País, as bases conceituais e os subsídios teóricos e práticos necessários à estruturação e desenvolvimento de um serviço socioeducativo de qualidade, voltado aos jovens de 15 a 17 anos, no âmbito da proteção social básica do SUAS. Integram este material de orientação os seguintes volumes:

1. Adolescências, Juventudes e Socioeducativo: Concepções e Fundamentos;
2. Traçado Metodológico;
3. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo I – “Criação do Coletivo”;
4. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo II – “Consolidação do Coletivo”;
5. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo III – “Coletivo Pesquisador”;
- 6. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo IV – “Coletivo Questionador”;**
7. Caderno do Orientador Social – Ciclo II – Percurso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador” – Volume I: Participação Cidadã;
8. Caderno do Facilitador da FTG – Ciclo II – Percurso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador: Formação Técnica Geral”.

O caderno “Adolescências, Juventudes e Socioeducativo: Concepções e Fundamentos” apresenta as noções de juventudes e adolescências nas quais se baseia o Projovem Adolescente, além de um breve histórico sobre as políticas públicas voltadas para assegurar os direitos sociais desses segmentos e, por fim, desenvolve a noção de “socioeducativo”, visto como direito à assistência social que potencializa a convivência familiar e comunitária.

Tais fundamentos fornecem as bases conceituais para a estruturação do “Traçado Metodológico” que apresenta diretrizes metodológicas, princípios e uma proposta de estruturação e desenvolvimento de ações socioeducativas com os jovens em cada território referenciado pelo CRAS, considerando:

- eixos estruturantes e temas transversais para o trabalho socioeducativo;
- dimensões metodológicas e princípios orientadores;
- planejamento, avaliação e sistematização das ações socioeducativas;
- papel do Orientador Social e do Facilitador de Oficinas;
- instrumentos de acompanhamento e registro;
- conquistas e aquisições esperadas como resultado das ações socioeducativas;
- síntese do Ciclo I;
- síntese do Ciclo II.

A partir do Traçado Metodológico, foram elaborados os volumes dos Cadernos do Orientador Social relativos

aos quatro Percursos Socioeducativos que integram o Ciclo I e ao Percurso Socioeducativo V, que constitui o Ciclo II do Projovem Adolescente. Esses cadernos apresentam objetivos e programação detalhada das ações socioeducativas com conteúdos e atividades teóricas e práticas que envolvem seis temas transversais:

- Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais;
- Juventude e Cultura;
- Juventude e Esporte e Lazer;
- Juventude e Meio Ambiente;
- Juventude e Saúde;
- Juventude e Trabalho.

Os temas transversais são as grandes linhas de conteúdo do Projovem Adolescente. Tal como trabalhados nos percursos socioeducativos, por meio de tópicos cuidadosamente selecionados por sua relação com a juventude e relevância para o processo de formação do jovem, oferecem um importante arcabouço referencial para as equipes que irão desenvolver o Projovem Adolescente, que odem e devem criar a partir deste material, adequando as sugestões de conteúdos e ações às suas realidades locais e regionais. Desta forma espera-se que os profissionais aportem contribuições próprias que enriqueçam o trabalho com os jovens, preservando e valorizando a essência da proposta socioeducativa aqui apresentada.

É importante ressaltar que todos os conteúdos apresentados nas publicações do Projovem Adolescente foram construídos em parceria com os Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mais do que um esforço disciplinar e temático, o grande desafio desta equipe interministerial, juntamente com a equipe de consultores constituída pelo MDS para a elaboração deste material – e que se expressa no texto de cada um dos volumes – foi o esforço de explorar as inter-relações entre os diversos temas, num enfoque intencionalmente interdisciplinar. Além disso, o trabalho articulado teve sempre o intuito da integração das políticas públicas conduzidas por estes Ministérios e Secretarias, na perspectiva de contribuir ao desenvolvimento integral e pleno dos jovens do nosso país.

A fim de tornar possível a articulação dos temas e a convergência das ações socioeducativas, o trabalho foi realizado sob o prisma ordenador de três eixos estruturantes, descritos mais adiante, na seção que trata da estrutura do Projovem Adolescente. Enquanto nos percursos I a IV do Ciclo I o eixo da “Convivência Social” fornece a liga para os temas transversais, no Ciclo II do serviço socioeducativo, uma vez consolidados os resultados relativos à convivência social, a ênfase se desloca para os eixos da “Participação Cidadã” e do “Mundo do Trabalho”. Por esta razão, o Percurso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador” é apresentado em dois Volumes, cada um deles dedicado a um destes eixos estruturantes. Mais uma vez, o desafio foi evitar obras estanques e produzir dois textos articulados entre si. Assim, buscou-se oferecer os nexos entre os dois eixos estruturantes e, de fato, os produtos coletivos integradores de cada um dos módulos da Formação Técnica Geral (FTG) para o Mundo do Trabalho são instrumentais passíveis de apropriação pelos coletivos, no encadeamento das ações de participação cidadã.

Acrescente-se que o volume I do Caderno do Orientador Social – Ciclo II – Percurso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador” aprofunda algumas questões sobre os temas transversais trabalhados no decorrer do Ciclo I, bem como apresenta algumas experiências exitosas desenvolvidas com ou por jovens, em várias partes do Brasil, cujo conhecimento e estudo podem contribuir para a definição de rumos das ações socioeducativas, quanto à

formação dos jovens para o mundo do trabalho e para sua participação cidadã, enfrentando os desafios da realidade à sua volta. Dentre as intenções para a inclusão desses relatos de experiências reais e concretas, há uma mensagem implícita dirigida às equipes que executam o Projovem Adolescente em todo o Brasil: não se trata de utopia, é possível!

Por fim, oferece-se em todas as publicações² uma bibliografia com referências dos textos utilizados e de outros títulos que podem ser úteis ao aprofundamento de conhecimentos, análises e informações.

A leitura atenta desses materiais, pelos gestores estaduais e municipais de assistência social, pelos técnicos e coordenadores dos CRAS e pelos profissionais que atuarão diretamente com os jovens – Orientador Social, Facilitadores de Oficinas de Convívio por meio do Esporte e Lazer e da Arte e Cultura e Facilitador da Formação Técnica Geral para o Mundo do Trabalho – é de fundamental importância, no sentido de conferir unidade conceitual e metodológica ao Serviço Socioeducativo ofertado em todo o País, com vistas a que os objetivos do Projovem Adolescente sejam alcançados em todos os municípios e no Distrito Federal.

1. OBJETIVOS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PROJOVEM ADOLESCENTE – SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO

O Projovem Adolescente é um serviço socioeducativo de Proteção Social Básica, inserido na Política de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vinculado ao Centro de Referência e Assistência Social – CRAS. Sua principal diretriz é complementar a proteção social à família, a partir do apoio direto aos jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, vinculados ou egressos de programas e serviços de Proteção Social Especial, ou sob medidas de proteção ou socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto em cumprimento de medida de internação.

O Projovem Adolescente oferece um espaço de convivência social voltada ao desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições para atuação crítica e proativa no seu meio social e no mundo do trabalho. Orienta-se para o incentivo ao retorno e à permanência do jovem na escola, o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários, a ampliação do acesso às políticas públicas, o fortalecimento de sua autonomia e o estímulo ao seu protagonismo social.

O serviço está organizado em dois ciclos – Ciclo I e Ciclo II –, que desenvolvem ações socioeducativas com Coletivos de Jovens (grupos de 25 jovens), sob a responsabilidade de um Orientador Social e de um ou mais Facilitador(es) de Oficinas, com o acompanhamento e a supervisão de profissional de nível superior do CRAS.

a) O Ciclo I tem por objetivo tornar o Coletivo de Jovens um espaço de referência formativa e de convívio afetivo, lúdico e solidário para os jovens, que gera oportunidades para o desenvolvimento de criatividade e instiga novos interesses. As ações socioeducativas devem:

- propiciar novos conhecimentos sobre cultura, direitos humanos e socioassistenciais, esporte e lazer, meio ambiente, saúde e trabalho;
- valorizar a ação e a reflexão sobre valores éticos, estéticos e a cidadania;
- promover vivências coletivas, no território e na cidade, capazes de sensibilizar e mobilizar o interesse comum dos jovens para o desenvolvimento de ações de interesse social no Ciclo II.

O Ciclo I está organizado em quatro Percursos Socioeducativos que traçam o caminho a ser percorrido pelos Coletivos no primeiro ano do Projovem Adolescente, ordenando as ações socioeducativas e orientando o trabalho dos profissionais que atuarão junto aos jovens:

- **Percurso Socioeducativo I: “Criação do Coletivo”**
- **Percurso Socioeducativo II: “Consolidação do Coletivo”**
- **Percurso Socioeducativo III: “Coletivo Pesquisador”**
- **Percurso Socioeducativo IV: “Coletivo Questionador”**

A duração do Ciclo I e a de cada um dos quatro Percursos Socioeducativos que o compõem devem ajustar-se ao ritmo e as características específicas de cada Coletivo, em sintonia com a dinâmica do contexto local em que se insere. O Ciclo I efetivamente termina quando o Coletivo de jovens, com base nas ações socioeducativas realizadas até o final do Percorso Socioeducativo IV, for capaz de caracterizar motivações e interesses comuns, formular e concluir por desafios presentes na realidade social que vão pautar a atuação social dos jovens no território desde o início do Ciclo II.

A respeito da organização dos tempos, para fins de ordenamento do trabalho da equipe de profissionais responsável pelo Projovem Adolescente, estima-se a duração aproximada de um ano para a conclusão do Ciclo I, com cerca de três meses para o desenvolvimento de cada um dos quatro Percursos Socioeducativos previstos. O ritmo de desenvolvimento dos percursos socioeducativos deve ser constantemente avaliado, com flexibilidade, considerando-se que o Coletivo pode necessitar de um período maior ou menor de estudos e vivências, internas e externas, para alcançar o amadurecimento requerido ao final do Ciclo I, para o início do Ciclo II. É importante, no entanto, observar rigorosamente, durante os dois ciclos do Projovem Adolescente, a carga horária semanal de 12h30m, de forma a assegurar a continuidade e sistemática de participação dos jovens no serviço.

b) O Ciclo II tem por objetivo consolidar o Coletivo de Jovens como espaço de referência formativa que aprofunda a orientação e a formação para o mundo do trabalho e para a participação cidadã. Promove a apropriação de tecnologias de comunicação e instrumental de planejamento participativo, convergindo para o desenvolvimento pelos jovens de projetos coletivos de interesse social que representem experiências práticas de exercício da cidadania. O Ciclo II está organizado em apenas um percurso socioeducativo e propõe um conjunto de ações voltadas à articulação de conhecimentos, recursos materiais e humanos que proporcionem a consolidação das aquisições promovidas pelo Projovem Adolescente no primeiro ano de trabalho conjunto e a ampliação da capacidade de realização pelos jovens de suas potencialidades: **Percorso Socioeducativo V – Coletivo Articulador-Realizador.**

Dessa forma, as ações socioeducativas do Ciclo II do Projovem Adolescente desenvolvem-se num novo patamar, prevendo-se o planejamento e a implementação de ações sociais no território, protagonizadas pelos jovens, a partir da elaboração de um Plano de Atuação Social (PLA) e da execução de projetos coletivos de interesse social que o concretizam. Por outro lado, investe-se, agora de forma concentrada, na Formação Técnica Geral (FTG) dos jovens, visando à inserção futura no mundo do trabalho, o que abrange o exercício de diversas capacidades transversais, concomitantemente ao desenvolvimento de habilidades de comunicação oral e escrita – enfatizando a inclusão digital – e ao desenvolvimento individual de um Projeto de Orientação Profissional (POP).

2. CONCEPÇÃO E METODOLOGIA DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

A concepção e as diretrizes metodológicas das ações socioeducativas do Projovem Adolescente foram construídas a partir dos três eixos estruturantes que visam ao desenvolvimento integral dos jovens nas diversas dimensões de sua vida como indivíduo, como cidadão e como futuro profissional, e buscam orientar suas vivências na família, na escola, na comunidade e na sociedade. Os **eixos estruturantes** aos quais nos referimos são:

EIXOS ESTRUTURANTES



A Convivência Social – valorização da pluralidade e da singularidade da condição juvenil, das formas particulares de socialidade e sociabilidade dos jovens e da criação de vínculos e interação com os seus pares, a família, a escola, o mundo do trabalho e a comunidade;

A Participação Cidadã – sensibilização para os desafios da realidade socioeconômica, cultural, ambiental e política de seu meio social; reconhecimento de direitos; estímulo às práticas associativas e a todas as formas de expressão, aos posicionamentos e visões de mundo no espaço público;

O Mundo do Trabalho – introdução aos conhecimentos, técnicas e práticas sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento de habilidades gerais e capacidades transversais; orientação para a escolha profissional consciente e com visão crítica; inclusão digital e nas tecnologias de comunicação, associando o trabalho à realização pessoal e à transformação da realidade.

Esses três **eixos estruturantes** articulam e integram seis **temas transversais**, seus conteúdos e atividades teóricas e práticas, com base nos quais são desenvolvidas as **ações socioeducativas**.

TEMAS TRANSVERSAIS



É a articulação entre os **eixos estruturantes** e os **temas transversais** que propicia aos jovens a construção de uma visão integrada dos conhecimentos de cultura, direitos humanos e socioassistenciais, esporte e lazer, meio ambiente, saúde e trabalho. Em cada Percurso Socioeducativo, os temas transversais desenvolvem conteúdos teóricos e atividades práticas, orientando e apoiando a realização das ações socioeducativas a serem propostas pelo Orientador Social em seu trabalho com os jovens.

Os temas transversais, articulados entre si e integrados pelos eixos estruturantes, seguiram as diretrizes concebidas no Traçado Metodológico, fundamentadas em **dimensões metodológicas** e **princípios orientadores**, visando tanto ao desenvolvimento das ações socioeducativas, quanto ao trabalho a ser realizado com os jovens pelo Orientador Social e demais profissionais.

DIMENSÕES METODOLÓGICAS



Partir dessas **dimensões metodológicas**³ para o desenvolvimento das ações socioeducativas e para o relacionamento com os jovens significa:

- valorizar o aprendizado mútuo, a troca de ideias e de experiências e estimular o desenvolvimento de postura crítica a partir da reflexão sobre o cotidiano e suas vivências (dimensões dialógica e reflexiva);
- ampliar a capacidade de analisar, comparar, refletir e de acessar informações e conhecimentos, bem como de reproduzir e criar novos saberes (dimensão cognitiva);
- investir no desenvolvimento de relacionamentos interpessoais, na construção de interesses comuns e na criação de vínculos afetivos (dimensão afetiva);
- exercitar a tolerância, a cooperação, a solidariedade, o respeito às diferenças e a cidadania (dimensão ética);
- desenvolver sensibilidades para a percepção do outro em suas diferenças e na diversidade de suas expressões artísticas, culturais, étnicas, religiosas, de condições físicas e de orientação sexual (dimensão estética); e
- valorizar o jogo, a brincadeira e a alegria no jeito de ser jovem, para seu desenvolvimento integral e sua emancipação (dimensão lúdica).

Para assegurar essas dimensões metodológicas na implementação das ações socioeducativas e para que de fato contribuam para o desenvolvimento dos jovens, o seguinte conjunto de **princípios** deve orientar o relacionamento dos profissionais do Serviço Socioeducativo com os mesmos:

- a criação de espaços socioeducativos pautados pela liberdade de expressão e por práticas democráticas;
- a corresponsabilidade e a participação dos jovens no planejamento, na execução, na avaliação e sistematização das ações socioeducativas;
- a valorização do saber e da vivência dos jovens como o ponto de partida das ações socioeducativas;
- a construção coletiva de conhecimentos, tornando os jovens sujeitos ativos de sua formação;
- a articulação entre os projetos pessoais e coletivos, entre o privado e o público, o local e o global, o particular e o geral como condições de ampliar e qualificar as experiências individuais e coletivas;
- o estímulo ao protagonismo e autonomia dos jovens;
- a reflexão crítica e permanente sobre os preconceitos e discriminações em relação às questões de gênero, etnia, culturas, religiões, condições sociais e econômicas, preferências sexuais, condições físicas, mentais e cognitivas.

3. PERCURSO SOCIOEDUCATIVO IV: “COLETIVO QUESTIONADOR”

3.1. TRANSIÇÃO DO CICLO I PARA O CICLO II DO PROJOVEM ADOLESCENTE

O Percorso Socioeducativo IV, o último do Ciclo I, demarca a transição para o Ciclo II. Neste percurso, todos os temas transversais devem ser trabalhados de forma integrada: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Trabalho; Juventude Esporte e Lazer; Juventude e Cultura; e Juventude e Saúde. Trata-se de resgatar as principais aprendizagens proporcionadas por cada um deles nos percursos anteriores, visando à definição de focos de interesse comuns ao(s) Coletivo(s), que mobilizem os jovens para o desenvolvimento de ações coletivas de interesse público que serão detalhadamente planejadas e executadas no Ciclo II do Projovem Adolescente. Este é o momento:

- de checar o quanto o Coletivo de jovens avançou na compreensão dos temas transversais e que expressão eles têm no território: que situações da realidade social local sensibilizam os jovens a ponto de os desafiar?
- de problematizar e questionar: em quais desafios atuar coletivamente? Que situações mobilizam o desejo dos jovens de intervir no território?
- da inflexão do Ciclo I com o Ciclo II: o Coletivo que se estruturou e se constitui como um grupo de trabalho que refletiu temas e desenvolveu práticas conjuntas faz agora escolhas fundadas nas vocações, talentos e interesses que são expressão do perfil dos jovens participantes.

Avaliar o estágio de desenvolvimento do trabalho socioeducativo em cada Coletivo é uma tarefa importante para você, Orientador Social, planejar o desenvolvimento deste percurso com vistas a alcançar as condições necessárias para iniciar o Ciclo II. Situações diferenciadas vão apontar estratégias pedagógicas distintas que precisam ser analisadas previamente. É possível que encontre nos Coletivos um dos cenários descritos a seguir:

a) O Percorso Socioeducativo IV se inicia com o Coletivo de jovens já posicionado em relação aos temas transversais que despertaram maior interesse, possivelmente em razão de características e condições da realidade local que propiciaram ou atraíram a convergência dos jovens no decorrer das atividades socioeducativas desenvolvidas nos percursos anteriores;

b) O Percorso IV se inicia com uma multiplicidade de informações pesquisadas e nem todas ainda sistematizadas pelos jovens sobre a realidade local, abrangendo todos ou grande parte dos temas transversais desenvolvidos ao longo do Ciclo I.

Outras situações não previstas aqui podem caracterizar o estágio de cada Coletivo, no que diz respeito ao grau de apropriação dos temas transversais apresentados até este momento, e de desenvolvimento das atividades socioeducativas propostas no material didático.

De toda forma, o Ciclo II é dimensionado para dar continuidade e desdobramento à programação proposta no Ciclo I, propondo a montagem e o desenvolvimento pelos jovens de um Plano de Atuação Social – PLA no território e a implementação de projetos de intervenção em suas comunidades de pertencimento.

Para avaliar com precisão o momento em que se encontra o Coletivo, deve-se considerar que, para o delineamento do Plano de Atuação Social – PLA, no início do Ciclo II, é preciso ter claro quais interesses e motivações dos jovens se destacaram, a ponto de mobilizar o seu efetivo engajamento numa ação social deliberada. Esta é a chave para o início do processo de planejamento participativo que terá lugar no Ciclo II.

Por isso, a passagem do primeiro Ciclo para o segundo tem que ser processada e ajustada por você, Orientador Social, de acordo com as características e a dinâmica do trabalho com cada Coletivo de jovens. A partir do seu diagnóstico acerca do “amadurecimento” de cada Coletivo é que se desenhará a melhor estratégia para o desenvolvimento do Percurso IV:

- se o Coletivo de jovens já definiu ou mostrou maior aproximação e identidade com alguma situação desafiadora da realidade local ou com questões apresentadas por algum ou alguns dos temas transversais nos percursos socioeducativos anteriores, trata-se agora de buscar aprofundar a reflexão sobre ele(s) para consolidá-las.
- se o Coletivo ainda está distante de identificar as situações e questões da realidade que mais mobilizam o interesse dos jovens, faltando uma maior apropriação dos conteúdos dos temas transversais, deve-se planejar mais tempo e atividades adicionais para que, ao final deste percurso, se chegue a uma escolha refletida quanto ao(s) desafio(s) a serem enfrentados no Ciclo II.

Em qualquer das hipóteses acima, será de grande utilidade realizar a leitura prévia do volume sobre Participação Cidadã, do Percurso Socioeducativo V, que traz uma seleção de “desafios prioritários” relacionados aos diversos temas transversais que, por sua importância e abrangência, estão comumente presentes no cotidiano dos municípios brasileiros. Esses desafios são apresentados numa perspectiva propositiva, ou seja, com pistas e caminhos que possibilitam visualizar formas de intervenção na realidade local que resultem em melhoria da qualidade de vida e na defesa de direitos. Além disso, um conjunto de relatos de experiências exitosas de atuação social de jovens nessas temáticas é apresentado no mesmo volume, para ilustrar e inspirar possibilidades de desenvolvimento do PLA e da montagem de projetos de ações coletivas de interesse social pelos jovens.

Quadro 1: Panorama do desenvolvimento dos Temas Transversais no Ciclo I

JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS

- *Quem somos nós?*
- *Construção de regras de convivência do grupo*
- *Igualdade, direito à diferença, diversidade*
- *Direitos civis e políticos*
- *Direitos de assistência social*
- *Direitos sociais e o papel da sociedade civil organizada*
- *Direitos de populações específicas*
- *Sistema de garantia dos direitos*
- **Democracia e Participação Juvenil**

JUVENTUDE E CULTURA

- *Trabalhar com a cultura*
- *O que é cultura?*
- *Cultura, tecnologia e comunicação*
- *Identidade e diversidade cultural*
- *Culturas e Juventudes*
- *Matrizes culturais e a diversidade na formação da sociedade brasileira*
- *Cultura e cidadania*
- *Culturas e globalização: o que é ser brasileiro em um mundo globalizado?*
- *Cultura, direitos humanos e diversidade cultural no mundo globalizado*
- **Cultura digital**

JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER

- *O que é cultura corporal?*
- *O esporte na sociedade moderna*
- *Esporte e suas contradições internas*
- *Tempo livre e tempo de trabalho: quais suas implicações?*
- *Lazer e convivência social*
- *Cultura corporal e saúde*
- *Organização do esporte e do jogo*
- *Espaços e equipamentos de esporte e lazer*
- **Organização da comunidade tendo em vista as esferas Local-Global**
- **A síntese das ações coletivas**

JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

- *Meio ambiente é igual à preservação da natureza?*
- *Qual é o meio ambiente do nosso lugar?*
- *Será que a proteção ambiental é realmente importante?*
- *É só jogar o lixo no lixo?*
- *Cada um deve fazer a sua parte?*
- *As mudanças climáticas são mesmo uma realidade?*
- *Quem cuida do meio ambiente no Brasil?*
- *O meio ambiente trava o desenvolvimento do país?*
- *Briga de “cachorro grande”?*
- **Meio Ambiente é política?**
- **Já ouviu falar em Agenda 21?**

JUVENTUDE E SAÚDE

- *Adolescência, território e condicionantes da Saúde*
- *Adolescência e saúde*
- *Vivenciando o crescimento e o desenvolvimento*
- *Sexualidade e Direitos Humanos*
- *Direitos reprodutivos*
- *Saúde oral: saúde da boca, saúde da gente*
- *Morbidade e mortalidade entre adolescentes*
- **Adolescência, território e condicionantes da saúde**
- **Promoção da saúde**
- **Políticas públicas para a saúde do adolescente/jovem**

JUVENTUDE E TRABALHO

- *Trabalho como arte e como técnica*
- *Trabalho e conhecimento*
- *Trabalho e tempo livre*
- *Mundo do trabalho, mercado de trabalho e do consumo*
- *Qualidade de vida e qualidade no trabalho*
- *Trabalho e mobilidade*
- *Trabalho e a formação do território*
- *Os direitos como conquista dos trabalhadores*
- **Planejamento, Programação e Controle da Produção – PPCP na ação socioeducativa.**
- **Trabalho e comunicação**

Enquanto o panorama dos conteúdos desenvolvidos nos temas transversais ao longo do Ciclo I permite reconstruir com os jovens os caminhos trilhados pelo Coletivo, o panorama dos temas transversais no Ciclo II é traduzido em “desafios”, que convidam e instigam os jovens à ação. Vale ressaltar que o tema Juventude e Trabalho deixa de ser tratado como tema transversal no Ciclo II, assumindo uma dimensão formativa, que viabiliza o eixo estruturante do “Mundo do Trabalho”, por meio de uma Formação Técnica Geral (FTG).

Quadro 2: Panorama dos Temas Transversais no Ciclo II**JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS
E SOCIOASSISTENCIAIS****Desafios do tema:**

- *Cultura de tolerância e de Paz*
- *Acessibilidade*
- *Convivência Comunitária*
- *Trabalho infantil*
- *Gasto público*

JUVENTUDE E CULTURA**Desafios do tema:**

- *Cultura: nosso espaço comum*
- *Tempo Social: diversidade e integração*
- *Inclusão Social: cidadania e integração*
- *Inclusão Digital*

JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER**Desafios do tema:**

- *“Cantinho Jovem” – a ampliação democrática de oportunidades para a prática de atividade física*
- *Do Berimbau ao Pandeiro, da Senzala ao Coletivo: a capoeira como expressão dos Jovens*
- *Os Jovens como Agentes Sociais nas discussões de Programas de Esporte e Lazer do Campo e da Cidade*
- *Reivindicando espaços públicos de Lazer e Esporte: o que considerar?*
- *Sistema Nacional de Esporte e Lazer: exercendo a cidadania coletiva*

JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE**Desafios do tema:**

- *Agenda 21 Local: vamos definir novos rumos para a nossa comunidade?*
- *Reciclagem*
- *Meio Ambiente é igual à preservação da natureza?*
- *Mudanças Climáticas e Aquecimento Global*
- *Meio Ambiente e desenvolvimento: dá pra casar?*

JUVENTUDE E SAÚDE**Desafios do tema:**

- *Saúde para quê? Saúde para quem?*
- *Questões de gênero e violência*
- *Violência sexual contra crianças e adolescentes*
- *Gravidez indesejada, interrupção insegura da gravidez e DST/AIDS*
- *O que fazer ante a mortalidade dos jovens por causas externas?*

3.2. OBJETIVOS DO PERCURSO

Neste Percurso os desafios do Orientador Social são:

- (a) Articular com os jovens uma visão de conjunto das ações socioeducativas desenvolvidas desde que ingressaram no serviço socioeducativo, resgatando as aprendizagens dos temas transversais;*
- (b) Estimular nos jovens visão crítica e atitudes proativas em relação aos desafios que se apresentam na realidade social do seu território;*
- (c) Orientar os jovens para que definam e escolham desafios que tenham ressonância no território e que os mobilizem para ações coletivas a serem planejadas e implementadas no decorrer do Ciclo II.*

*Articulando interesses, conhecimentos e recursos.
Sonhando, criando, planejando e transformando.*

1. Resgatar com o Coletivo o conjunto das aprendizagens construídas em cada tema transversal, ao longo do Ciclo I;
2. Identificar os interesses comuns ao Coletivo e que foram sendo delineados nas práticas conjuntas ao longo do Ciclo, assim como as habilidades trazidas e adquiridas pelos jovens no processo socioeducativo vivenciado;
3. Selecionar e definir, no Coletivo, situações desafiadoras existentes no território em que vivem, percebidas a partir das ações socioeducativas de saúde, direitos sociais e socioassistenciais, esporte e lazer, meio ambiente e cultura e que mobilizam o engajamento social dos jovens para o desenvolvimento de ações coletivas, que serão planejadas e implementadas por eles no Ciclo II;
4. Desenvolver nos jovens competências comunicativas nas múltiplas linguagens (jornal, fanzine, revista em quadrinhos, mídia digital, desenho, pintura, escultura, teatro, música, poesia, dança, instalações de arte/exposições, vídeos, grafites, espetáculo circense, entre outros), buscando-se interação entre oficinas e encontros, com vistas a também desenvolver capacidades e habilidades gerais – cognitivas, afetivas, estéticas – envolvidas na realização das atividades produtivas, sociais e culturais;
5. Socializar os saberes construídos pelos Coletivos de jovens sobre a realidade dos territórios, promovendo o intercâmbio entre eles e com a comunidade do bairro ou região; exercitando capacidades para planejar, tomar decisões, organizar e conduzir conjuntamente a preparação de um evento ou atividade com este fim;
6. Realizar com os jovens – e com a equipe do Serviço e o técnico de referência do CRAS – a avaliação do Ciclo I, processando os sentidos e os objetivos de cada um dos ciclos socioeducativos e operando a transição para o Ciclo II.

3.3. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

Neste Percurso IV, os seis temas – Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Cultura, Juventude e Esporte e Lazer, Juventude e Meio Ambiente, Juventude e Saúde, Juventude e Trabalho – propõem atividades parecidas ou que se complementam. O desafio do Orientador Social e do Facilitador de Oficinas é buscar no planejamento das ações socioeducativas deste percurso, o desenvolvimento interdisciplinar dos temas, estimulando para isso o exercício das diversas linguagens comunicativas trabalhadas. Para o alcance dos objetivos deste percurso, sugerem-se três grandes ações orientadoras:

1. Desenvolvimento das ações socioeducativas propostas por cada tema transversal apresentado no item 4 desta publicação.
2. Articulação dos temas transversais em atividades que contribuam para:
 - a) resgatar as aprendizagens desenvolvidas ao longo do Ciclo I que tiveram destaque para os jovens, recorrendo aos conteúdos dos Cadernos do Orientador Social dos Percursos Socioeducativos I a III e com apoio do Caderno do Percurso V – volume I – Participação Cidadã;
 - b) caracterizar e mapear situações da realidade local em que os saberes produzidos sobre os temas estudados durante o Ciclo incidiram nas relações dos jovens com o território;
 - c) debater e definir os desafios temáticos (potencialidades e problemas) que mais mobilizam o interesse dos jovens para a realização de ações sociais;
 - d) reconhecer as habilidades e talentos dos jovens do Coletivo, capazes de contribuir para o desenvolvimento do Plano de Atuação Social – PLA que será construído e implementado no Ciclo II, guiando o conjunto das ações dos jovens no território.
3. Sistematização e avaliação do Ciclo I e disseminação das aprendizagens entre os Coletivos de jovens e com as comunidades de pertencimento dos jovens.

A seguir apresenta-se um conjunto de sugestões para você, Orientador Social, ordenar e desenvolver as ações socioeducativas com cada Coletivo, especialmente as descritas nos itens 2 e 3 acima apresentados.

• Que desafios mobilizam os jovens?

Você, Orientador Social, deve trabalhar com um panorama dos temas e com cada um dos temas, criando condições e interações que propiciem aos jovens identificar situações que nas suas comunidades devem e podem ser mudadas ou potencializadas. Os temas transversais possibilitam uma visão integrada dessas situações e facultam subsídios para que o Coletivo se acerque à realidade e a recorte objetivando suas ações.

Inicie construindo com os jovens uma descrição sobre como os desafios de cada tema transversal se apresentam na realidade local na qual estão inseridos e o que representam para a condição juvenil, ou seja, os impactos e desdobramentos que têm na vida cotidiana, especialmente daqueles que integram o Coletivo.

Desafio é a expressão da vontade de agir frente a uma realidade indesejável que se quer mudar ou superar.

É a expressão da vontade de criar uma situação ou realidade nova.
Um desafio sempre é formulado a partir da leitura da realidade e dos interesses de quem a faz.

Nesse momento, é fundamental resgatar o que os jovens já pesquisaram e elaboraram sobre cada tema transversal no Ciclo I, não apenas para enriquecer a reflexão, mas evidenciar o que é mais representativo, expressivo e instigante para os jovens.

ATIVIDADE: A definição dos desafios do Coletivo de jovens

Orientador, esta é uma atividade para caracterizar motivações e interesses dos jovens a partir de uma visão de conjunto dos temas transversais apresentados no Ciclo I e seus principais desafios para a realidade local, sob a ótica dos jovens.

Organize cinco grupos de trabalho: saúde, meio ambiente, cultura, esporte e lazer, direitos humanos e socioassistenciais. Cada um deve preparar uma dramatização sobre um dos temas com três cenas diferentes que correspondam a até três situações que podem ser identificadas na dinâmica do cotidiano e que sensibilizam os jovens.

Depois da apresentação e comentários de todo o Coletivo, liste as situações apresentadas para objetivar a reflexão com os jovens e identificar com eles as situações que despertam maior interesse e têm relevância na realidade local. Em que medida são desafiadoras aos jovens?

Ao final, sistematize o que se mostrou mais significativo para o Coletivo. Os desafios destacados serão, mais à frente, aprofundados no diagnóstico que fundamenta as ações que serão detalhadas em projetos de ações coletivas a serem desenvolvidos pelos jovens.

Construídos no Ciclo I, os temas transversais dialogam entre si, a partir dos eixos estruturantes “Convivência Social”, “Mundo do trabalho” e “Participação Cidadã”, o que permite a caracterização de pontos em comum e de complementaridades entre eles.

Orientar os jovens para escolherem desafios de determinado(s) tema(s) transversal(is) no(s) qual(is) vão aprofundar conhecimentos, vivências, sociabilidades e desenvolver o PLA no Ciclo II não significa excluir ou abandonar os outros temas estudados. A preocupação é “calçar” e “referenciar” um conjunto de ações que, na prática, permitirão relacionar entre si questões sobre todos os temas: meio ambiente, saúde, cultura, esporte e lazer, direitos humanos e socioassistenciais.

A intersectorialidade implica em compreender um tema não apenas em sua especificidade, mas também sob a ótica de outros, de forma interrelacionada, considerando o todo de conteúdos transversais estudados e que permitem uma visão de conjunto e articulada.

Construção de visão de conjunto e interdisciplinar sobre os temas transversais

Esse momento pode ser aproveitado por você, Orientador Social, como uma oportunidade pedagógica de resgatar novamente a reflexão sobre o conjunto dos temas transversais de forma articulada, construindo uma visão integrada sobre eles e permitindo aos jovens a percepção dos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos ou outros, que são comuns ao conjunto de desafios que foram priorizados por eles na atividade realizada anteriormente.

Um jeito de organizar a reflexão é ordená-la em três dimensões: o contexto geral (nacional ou regional), contexto local (município, bairro ou comunidade) e o contexto juvenil (grupos, galeras, jovens do próprio Coletivo), caracterizando-se em cada uma delas como se apresentam as interfaces entre os principais desafios de cada tema transversal; buscando analisar aspectos comuns que perpassam o meio ambiente, os direitos humanos e socioassistenciais, a saúde, a cultura, o esporte e o lazer.

ATIVIDADE: Aprofundando a reflexão intersetorial sobre os temas transversais

Peça aos jovens para reunirem tudo o que já produziram sobre o(s) desafio(s) priorizado(s) e destacado(s) pelo Coletivo na atividade anterior. E peça para montarem um grande painel, usando recortes de revista, colagem de trechos de textos, poesias, desenhos etc.

Orienta-os a dividir em três partes o painel, sendo que a cada uma deve corresponder a percepção e representação sobre os três contextos em que visualizam o desafio (1) nacional/regional; (2) local/municipal e/ou comunitário; (3) grupos, galeras juvenis e/ou Coletivo de jovens. Esses três painéis devem ser discutidos e interpretados conjuntamente. Você, orientador, deve mediar a troca de opiniões e registrar em cartelas denominadores comuns: fatores que condicionam e impactam as situações, ideias e sensações representadas nos painéis. Ao final apresente as cartelas (em cada uma coloque apenas uma ideia) aos jovens, complementem-nas e as cole nos painéis.

Em um segundo momento, finalize esta atividade solicitando aos jovens para redigirem o(s) desafio(s) selecionado(s), e as explicações e fundamentos que o(s) torna(m) prioritário(s) para o Coletivo e significativo(s) para a realidade local.

Esta atividade deve contribuir para que o Coletivo consolide a escolha do tema, desafio e situação, ou mais de uma, que vai ser desenvolvida para atuação na comunidade. Trata-se agora de avançar a reflexão para delinear caminhos para a atuação dos jovens na comunidade.

• Sistematização das aprendizagens

O Percorso Socioeducativo IV é um tempo pedagógico singular de resgate, análise e avaliação das vivências e aprendizagens dos jovens sobre os temas, os territórios e sobre suas próprias experiências de socialização. Para concluir este primeiro ciclo do trabalho socioeducativo com os jovens, o Ciclo I é também momento de sistematização e socialização entre os Coletivos e com outros grupos do território das experiências e reflexões dos jovens sobre a realidade em que estão inseridos e as aprendizagens que produziram.

Lembre-se

*No contexto do Projovem Adolescente, a **sistematização** é a resultante de ações de resgate, registro, ordenamento e reflexão sobre metodologias, conteúdos e práticas desenvolvidas ao longo do trabalho socioeducativo, que contribui para ressignificá-los e para produzir novos conhecimentos.*

A principal matéria-prima dos processos de sistematização se encontra nos registros dos jovens constantes em seu “**Diário do Projovem**” (o registro de suas memórias, de suas vivências e experiências e de sua autoavaliação) e nos diversos trabalhos produzidos, individualmente ou no Coletivo e que estão expressos em textos, desenhos, poesias, fotografias, mapas, vídeos, cartazes, gravuras etc., nos registros que você fez, Orientador Social – e aqueles que fez o Facilitador de Oficinas – sobre os jovens, as ações socioeducativas e os processos de trabalho, agrupados no “**Caderno de Campo**” (o registro de seu planejamento e da memória das ações desenvolvidas com os jovens e com a equipe de trabalho); e os que constam na “**Pasta de Acompanhamento e Avaliação do Coletivo**” o registro da frequência dos jovens nos Coletivos e o acompanhamento da participação e do desenvolvimento de cada um dos jovens e do Coletivo sob sua responsabilidade.

Portanto, neste momento de encerramento do Percurso IV e de transição do Ciclo I para o Ciclo II é hora de lançar mão desses registros, analisá-los, relacioná-los, compará-los e associá-los a outras experiências; refletir e articular uma visão de conjunto capaz de gerar uma compreensão abrangente e em profundidade sobre o que foi vivenciado, e que aponta pistas para a continuidade dos trabalhos socioeducativos no Ciclo II.⁴

ATIVIDADE: Roda(s) de Conversa(s) no Coletivo

Orientador, os passos para desenvolver esta atividade são os seguintes:

Roda de Conversa 1 : “O que nos dizem os registros dos Diários?”

a) oriente os jovens para que, individualmente, reservem um tempo em casa para ler os registros que fizeram em seu Diário do Projovem, procurando resgatar o que lhes parece foram os quatro momentos mais significativos do Ciclo I, identificando-os com marcas (desenhos, símbolos etc.) que expressem suas principais aquisições e conquistas no Ciclo I e situando-as agora em uma “Linha do Tempo” desenhada sobre uma tira longitudinal de papel, que abranja do início do Projovem Adolescente até o momento atual; oriente os jovens para que tragam esse material para o encontro;

b) no Coletivo, após retomar com eles a tarefa preparada em casa, proponha aos jovens que se reúnam em trios, socializem e comentem as “Linhas do Tempo” e as marcas de cada um. A seguir, proponha que façam um esforço de síntese, que construam a “Linha do Tempo” do trio, colocando nela as marcas e as aquisições que os três jovens foram fazendo ao longo do Ciclo I;

c) por último, convide os jovens a formar um grande círculo e peça aos subgrupos que quiserem, que apresentem as “Linhas do tempo” dos trios, suas marcas e aquisições, encerrando com comentários gerais do Coletivo sobre esta primeira rodada de conversa coletiva, a partir dos registros dos Diários dos jovens.

Roda de Conversa 2: “O que nos dizem os registros dos trabalhos realizados?”

Nesta segunda rodada de conversa oriente os jovens na seguinte sequência:

a) exponha sobre uma mesa todos os registros produzidos pelo Coletivo de jovens (desenhos, textos, gravuras, fotografias, cartazes, resumos de trabalhos realizados, mapas etc.) e convide a todos para entrar em contato com esses registros, recuperando os momentos em que foram realizados e conversando entre si sobre o que se aprendeu com aquelas experiências e atividades;

b) divida o Coletivo em quatro grupos e peça que cada grupo eleja, pelo menos, um tipo de registro produzido (não importa se dois grupos elegem o mesmo registro) e, a partir dele(s) o grupo deve fazer um esforço de memória e recuperar a experiência e o trabalho realizado, procurando reconstruí-la em seu processo (início, meio e fim) e elencando o que entendem foram suas principais contribuições (aprendizagem de conhecimentos, habilidades desenvolvidas, valores aprendidos etc.);

Notas

4. Os temas transversais, assim como as experiências coletivas envolvendo jovens – que são relatadas no Caderno de Participação Cidadã do Percurso V –, apresentam sugestões de dinâmicas que contribuem para fazer a sistematização e a socialização dos aprendizados e estimular a participação, tanto entre os jovens quanto com a população do território.

c) cada grupo faz um painel apresentando o meio de registro escolhido, a experiência ou o trabalho a que ele corresponde, com seus vários momentos e as principais contribuições que ela proporcionou aos jovens;

d) por último, os grupos apresentam os seus painéis no Coletivo, comentando-os e buscando em conjunto resgatar as marcas e contribuições do Ciclo I, que puderam ser percebidas a partir dos diferentes registros feitos pelo Coletivo, ao longo do Ciclo.

A intenção é que as orientações e sugestões aqui apresentadas, sirvam de inspiração aos Orientadores Sociais e aos Facilitadores de Oficina e que, juntamente com suas experiências e os conhecimentos específicos advindos de suas áreas de formação e de sua atuação no trabalho socioeducativo, possam contribuir criando e propondo diferentes alternativas que sejam mais adequadas às diversas realidades que compõem o nosso país.

• A avaliação final do Ciclo I

A avaliação é um importante momento para demarcar o cumprimento de uma etapa do trabalho com os jovens e extrair aprendizagens que subsidiem o planejamento do próximo Percurso e/ou do próximo Ciclo. É um momento de balanço que deve ser feito individual e coletivamente.

Lembre-se

A Avaliação é um processo intencional, contínuo, sistemático, qualitativo, cumulativo que subsidia o planejamento das ações socioeducativas, verifica se os objetivos propostos foram alcançados, gera formas de apoio aos jovens com dificuldades e é essencial para o sucesso da proposta socioeducativa.

A seguir, apresentam-se sugestões de roteiros de avaliação, com algumas questões iniciais, para autoavaliação dos jovens e avaliação pelo Coletivo, que devem ser ajustadas ao final deste percurso e complementadas com a participação dos próprios jovens do Coletivo.

Quadro 4 : Itens sugeridos para a autoavaliação dos jovens do Percurso IV

1. Você está motivado para a participação no Projovem?

2. Participa do planejamento e da avaliação das atividades?

3. Como é sua participação nas atividades em grupo? Demonstra respeito pelos colegas; contribui com suas ideias; aceita ideias e sugestões; tem iniciativa para realizar as atividades que lhe são delegadas; aceita as decisões do grupo; cumpre os acordos e os compromissos decididos coletivamente?

4. Expõe suas ideias e opiniões no Coletivo? Consegue se comunicar e se expressar?

5. O que mais se destacou e foi significativo para você no desenvolvimento de cada tema transversal? Por quê?

6. Que aspectos positivos e negativos se destacam nas atividades das Oficinas de Convívio por meio do Esporte e Lazer e da Arte e Cultura?

7. Está mobilizado para discutir suas experiências com a escola?

8. Está mobilizado para refletir sobre a relação com a família?

9. Como avalia as relações interpessoais com os outros jovens do Coletivo? E a convivência diária no Coletivo?

10. Quais são os aspectos positivos e negativos da atuação do Orientador Social e do Facilitador?

11. Como avalia, no Projovem, a organização, os horários e as regras de convivência?

Quadro 5 – Itens sugeridos para a avaliação conjunta do Coletivo de Jovens do Percurso IV

1. O Coletivo tem dialogado sobre as dificuldades e os acertos na convivência e no trabalho coletivo entre os jovens no dia a dia?

2. As regras de convivência têm sido respeitadas?

3. Os objetivos da programação deste percurso socioeducativo foram alcançados?

4. O trabalho conjunto nos encontros e nas oficinas tem sido produtivo e tem proporcionado aos jovens novas aprendizagens?

5. Quais são os desafios que se apresentam para a continuidade do trabalho?

Quadro 6: Itens sugeridos para avaliação final com o Coletivo de Jovens do Ciclo I

1. Durante o desenvolvimento do Ciclo I quais foram os momentos mais marcantes (positivos e negativos) vividos pelo Coletivo de Jovens?

2. O que os jovens levam para si mesmos de significativo, a partir da experiência vivenciada no Coletivo durante o Ciclo I?

3. Que expectativas eles têm para a continuidade da participação no Projovem no próximo Ciclo no que se refere à convivência, à participação cidadã e à preparação para o mundo do trabalho?

4. Que sugestões os jovens têm para aperfeiçoar o serviço socioeducativo?

Por fim, o orientador e o facilitador devem, juntos, sintetizar e registrar uma avaliação individual de cada jovem ao final do Ciclo I, construída com o técnico do CRAS, para uso interno do serviço socioeducativo, memória e monitoramento futuro da participação deste jovem nos programas da assistência social e em outros programas do município.

Quadro 7: Itens sugeridos para ficha de avaliação individual do jovem pelo serviço socioeducativo ao final do Ciclo I

• Assiduidade nas atividades socioeducativas do Projovem Adolescente.

• Interesse e compromisso com a agenda de trabalho do Coletivo de jovens.

• Integração e permanência na escola.

• Interação com seu núcleo familiar.

• Qualidade da convivência com outros jovens do Coletivo.

• Interação com seu entorno social/comunitário.

• Disposição para trabalhar em grupo.

• Compartilhamento de ideias e contribuições às discussões coletivas.

• Cumprimento dos acordos e compromissos decididos coletivamente.

- *Realização das tarefas que lhes são delegadas.*

- *Capacidade de diálogo e negociação em torno dos conflitos.*

- *Capacidade de buscar e acessar informações que lhes sejam necessárias.*

- *Capacidade argumentativa para expressar e defender seus pontos de vista.*

- *Capacidade de se expressar por meio de linguagens artísticas.*

- **Socialização pelos jovens das aprendizagens**

Compartilhar com jovens de outros Coletivos, com as famílias, a comunidade das escolas e do bairro, os conhecimentos e experiências que os jovens adquiriram sobre os temas trabalhados, os desafios escolhidos e as habilidades desenvolvidas. Como estratégia para compartilhamento das aprendizagens e apresentação dos desafios temáticos escolhidos e das indicações de atuação com eles no território, pode ser preparado e organizado um evento intercoletivos, antecipadamente divulgado na comunidade.

ATIVIDADE: Festival Cultural

Organização pelos jovens de uma festa com exposição e outras atividades de intercâmbio e participação coletiva (veja proposta detalhada no capítulo Juventude e Cultura). Recomenda-se que seja planejada e desenvolvida de maneira integrada por diversos Coletivos, por Orientadores Sociais, Facilitadores, técnicos do CRAS, marcando o encerramento do Ciclo I, o comprometimento dos Coletivos de jovens com os temas/desafios escolhidos e a apresentação dos desdobramentos previstos pelo Serviço Socioeducativo em sua continuidade no Ciclo II.

4. CONTEÚDOS, ATIVIDADES E DINÂMICAS DOS TEMAS TRANSVERSAIS NO PERCURSO SOCIOEDUCATIVO IV

Apresenta-se a seguir quadro com o detalhamento do conjunto de **temas transversais** deste **Percurso Socioeducativo**, destacando-se os tópicos que compõem cada um deles e seus respectivos objetivos. Este quadro oferece uma síntese do desenvolvimento dos conteúdos propostos para cultura, esporte e lazer, direitos humanos e socioassistências, meio ambiente, saúde e trabalho, para todo o Percurso IV.

Quadro 8: Síntese dos tópicos e objetivos por tema transversal no Percorso Socioeducativo IV

Juventude e Direitos Humanos Socioassistenciais	Juventude e Meio Ambiente	Juventude e Trabalho	Juventude e Cultura	Juventude e Esporte e Lazer	Juventude e Saúde
1. Democracia e participação juvenil <i>Promover com os jovens uma reflexão sobre a democracia, o sistema político, os espaços de participação juvenis e as possibilidades de atuação que oferecem.</i>	1. Meio Ambiente é política? <i>Discutir a relevância das políticas nacionais e dos tratados ambientais mundiais como instrumentos essenciais de proteção ambiental. Pretende-se situar este processo num contexto de conflitos e de disputas, e não de harmonia. Busca ainda mostrar que os bastidores da área ambiental são de muito trabalho, conflitos e militâncias cidadã e política.</i>	1. Planejamento, Programação e Controle – PPCP* – na ação socioeducativa <i>Introduzir as noções de Planejamento, Programação e Controle nas atividades produtivas, sociais e culturais como base para a intervenção mais consciente e consequente dos jovens na realidade. Estimulo à participação social e política dos jovens e do Coletivo na vida cotidiana, a partir do desenvolvimento de uma metodologia de planejamento de ações socioeducativas.</i>	1. Cultura digital <i>Propor ações efetivas ao alcance dos participantes já integrados num coletivo capaz de pensar sua localidade. Destacar o uso das novas tecnologias de comunicação e a renovação cultural do ser humano que faz uso da criatividade, da sua capacidade de sonhar e de executar.</i>	1. Organização da comunidade tendo em vista as esferas Local-Global <i>Mostrar ao jovem a relação entre o local e o global, ou seja, que a atuação desenvolvida por ele no bairro/território em que vive, influencia e é influenciada pela realidade em sua totalidade.</i>	1. Adolescência, território, condicionantes da Saúde <i>Retomar o instrumento usado no Percorso Socioeducativo I para caracterização das vulnerabilidades sociais do território e verificar as mudanças que possam/ou não ter ocorrido desde então.</i>
	2. Já ouviram falar em Agenda 21? <i>Apresentar a proposta da Agenda 21 – o que é, pra quê serve, como funciona e como ela pode ser uma importante ferramenta do desenvolvimento sustentável local. Pretende ainda incentivar os jovens a participarem da criação ou da implementação de uma Agenda 21 no seu município</i>	2 – Trabalho e Comunicação <i>Desenvolver a compreensão da comunicação como um elemento importante e constitutivo das atividades humanas e de trabalho, estando integrada, portanto, a Formação Técnica Geral – FTG, através da ampliação das competências comunicativas (múltiplas linguagens) e as capacidades transversais (cognitivas, afetivas, estéticas) envolvidas na realização das atividades produtivas, sociais e culturais.</i>	2. A síntese das ações coletivas <i>Mostrar ao jovem o trajeto trilhado por ele nos quatro percursos: partindo da concepção da cultura corporal, passando por ações de reconhecimento do grupo em que conviveu, até chegar a ações que contribuam para modificar sua realidade, através de pesquisas mais elaboradas sobre as condições existentes para praticar as manifestações da cultura corporal, em favor da construção da cidadania coletiva.</i>	2. Promoção de Saúde <i>Resgatar a reflexão sobre o significado da promoção à saúde para o enfrentamento dos fatores de riscos que atingem aos jovens.</i>	
					3. Políticas públicas para a saúde do adolescente / jovem <i>O que são políticas públicas? Quais são as políticas públicas em saúde voltadas para os jovens? O jovem participa das políticas públicas?</i>

4.1. JUVENTUDE E TRABALHO

Este Percurso IV de Juventude e Trabalho propõe conteúdos e práticas que fecham o Ciclo I do serviço socioeducativo e prepara o Coletivo para o Percurso V. As atividades propostas pela formação técnica geral neste Percurso têm como objetivos aprofundar os conhecimentos dos jovens sobre o mundo do trabalho e preparando-os para o itinerário de 240 horas de formação técnica geral e para a sua atuação social e no Percurso V.

Neste Percurso, a formação técnica geral estimula os jovens a uma intervenção mais consciente e consequente na realidade, bem como à participação social e política do Coletivo na vida cotidiana, através do entendimento da relevância do planejamento, da programação e do controle nas atividades produtivas, sociais e culturais. Paralelamente, é importante contribuir para desenvolver a compreensão da comunicação como elemento constitutivo das atividades humanas, sobretudo as de trabalho, e ampliar as competências comunicativas nas múltiplas linguagens, bem como as capacidades transversais – cognitivas, afetivas, estéticas – envolvidas na realização das atividades produtivas, sociais e culturais.

Como nos Percursos II e III, este Percurso IV inicia com a Atividade de Avaliação, através da Dinâmica da Estrada da Formação.

ATIVIDADE 1 - Dinâmica - “Estrada da formação”

Com esta dinâmica, objetiva-se a realização da avaliação pelos jovens, de forma participativa, do Percurso Socioeducativo III e também se buscam elementos para avaliar o Ciclo I, considerando o desenvolvimento de todas as dimensões do serviço. Esta dinâmica permite a discussão coletiva das facilidades e dificuldades encontradas ao longo do Percurso e do Ciclo I, com vistas a que sejam identificados problemas e encaminhadas propostas de soluções para a continuidade da caminhada do grupo no Ciclo II.

O objetivo desta vivência não é estético, mas uma forma de propiciar a expressão lúdica e criativa do que essa caminhada (a “estrada”) ao longo dos Percursos Socioeducativos no Ciclo I representou para os jovens. O resultado deve ser comparado com os desenhos da “Estrada da Formação” feitos nos Percursos anteriores.

Material de apoio

Folhas de papel duplo ofício e lápis de cor, tesouras, revistas, colas e rolo de fita crepe.

Convide os jovens para o processo de avaliação. 1. Distribua uma folha de papel para cada participante; 2. Oriente-os a criarem símbolos (desenhados) que expressem as suas vivências (dificuldades, facilidades, prazer e insatisfações) ao longo das atividades desenvolvidas no Percurso Socioeducativo III, para a produção de uma síntese de seu aproveitamento naquele Percurso, através de um desenho; 3. Sugira que os jovens elaborem uma legenda com os símbolos criados; 4. Após a produção dos desenhos, peça que os fixem nas paredes ou os exponham no chão, para a apreciação de todos; 5. Promova a socialização da avaliação a partir da leitura dos desenhos: solicite um voluntário que exponha sua autoavaliação do Percurso Socioeducativo III.

Importante! Crie um ambiente de confiança e solidariedade. Iniba manifestações desrespeitosas. Reafirme o objetivo da avaliação sempre que necessário. Abra o debate. O processo avaliativo em grupo deve buscar soluções coletivas. Não se furte ao diálogo. Faça comentários, ora problematizando ora destacando a pertinência das análises.

Dica

Esta atividade não se confunde nem é redundante com a Atividade de Avaliação realizada ao final de cada Percurso Socioeducativo. Aqui se oferece uma importante oportunidade para os jovens utilizarem a linguagem plástica para a expressão dos seus sentimentos de forma criativa e comunicativa. Estimule-os a criarem os símbolos da legenda de maneira livre, criativa e informativa. Isso resultará, com certeza, em diferentes expressões plásticas e em diferentes avaliações sobre os aspectos positivos e negativos avaliados pelos jovens. Por exemplo, para uns a “estrada” pode implicar em atravessar uma montanha de obstáculos e pode ter um cume elevado que represente uma grande dificuldade, que deve ser nomeada por eles, identificando a etapa, o assunto ou a atividade que representou maior obstáculo para eles no Percurso III (ou em outros). Já, para alguns, o caminho/estrada pode ser de pedras e acidentado e menos íngreme do que para outros. E haverá ainda aqueles que desenharão um caminho em um campo silvestre, florido e aprazível, por exemplo. A forma de desenhar e de utilizar os símbolos no desenho deve ser representativa dos aspectos que no Percurso III representaram dificuldades, facilidades, alegrias, tristezas, enfim, as vivências concretas dos jovens no processo socioeducativo.

No comentário das produções, observe o símbolo que representa o jovem, como ele se vê e se retrata, e procure incentivar a interpretação da linguagem visual como uma importante habilidade no mundo contemporâneo, muito presente em todas as formas de comunicação.

Relacione a linguagem corporal do jovem (já trabalhada no Percurso I em atividades de Cultura e de Esporte e Lazer) através da autorrepresentação e valorize a sua expressividade.

Sugerimos que a cada momento da avaliação os produtos avaliativos (desenhos da “estrada da formação”) anteriores sejam objetos de comparação e reflexão para que os jovens possam visualizar possíveis avanços no processo e identificar algumas dificuldades ainda por superar.

1 – Planejamento, Programação e Controle na Produção – PPCP na ação socioeducativa

O objetivo deste tópico é introduzir as noções de Planejamento, Programação e Controle nas atividades produtivas, sociais e culturais como base para a intervenção mais consciente e consequente dos jovens na realidade e estímulo à sua participação social e política e do Coletivo na vida cotidiana, a partir do desenvolvimento de uma metodologia de planejamento de ações socioeducativas.

Chegamos ao último Percurso socioeducativo do Ciclo I do Projovem Adolescente. Com certeza, na caminhada muitos obstáculos tiveram que ser transpostos, mas foram realizados com garra e determinação. O trabalho socioeducativo nos impõe compromisso, dedicação, companheirismo, e lealdade com os jovens.

Cumprimos até aqui uma etapa de muitas novidades, desafios, reflexões e novas aprendizagens para todos. Uma das tarefas que se colocam neste Percurso é a de consolidar e sistematizar um conjunto de informações e conhecimentos produzidos coletivamente ao longo dessa trajetória.

Tendo como referência as diretrizes gerais do Projovem Adolescente, especialmente no que se refere ao estímulo à participação social e política dos jovens na vida pública, é que ora propomos o desenvolvimento de uma metodologia de planejamento de ações socioeducativas. No eixo temático sobre o trabalho, iremos desenvolver um exercício

de planejamento, programação e controle das ações socioeducativas, por compreender que esses procedimentos são necessários a qualquer ação humana, principalmente no que se refere às atividades laborais e produtivas.

Sobre o PPCP: embora tenha origem na engenharia, o PPCP – planejamento, programação e controle da produção – é uma metodologia de grande valia para desenvolvimento de ações nas mais diversas organizações e setores sociais, inclusive nas ações socioeducativas. O que pode existir de comum entre o trabalho de um professor e de um feirante? E entre os trabalhos desses dois profissionais e o do empregado doméstico? E entre o trabalho desses três profissionais e o do médico? Com certeza realizam trabalhos de natureza e finalidade bastante distinta. Mas têm em comum o fato de que sempre existe a necessidade de organizar o trabalho. Em qualquer atividade de trabalho é necessário que se conheçam as tarefas, dividi-las com outras pessoas, definir relações de trabalho etc. É preciso também organizar a produção: conhecer os fluxos de atividades, planejar, programar, controlar o processo de produção de bens e serviços.

Por que planejar, programar e controlar? Tanto na produção de um carro (um produto), como no corte de cabelo num salão de cabeleireiro (um serviço), planejar, programar e controlar sempre se fazem necessários. O planejamento, a programação e o controle devem garantir que a produção ou o serviço aconteça com bom aproveitamento dos recursos e atinja os resultados desejados.

Assim quando propusemos, por exemplo, nos últimos encontros do Percurso Socioeducativo II, que os jovens criassem uma história coletiva e a traduzissem numa montagem teatral, objetivávamos exercitar, mesmo que sem aprofundar, os elementos constitutivos de uma atividade de planejamento. Nas quatro etapas daquela atividade, prevíamos ações de concepção, planejamento, programação e controle da cena teatral produzida pelos grupos de jovens (ver a orientação das Atividades 5 e 6 do Percurso II).

O desafio agora é fazer com que os jovens se preparem para o próximo Ciclo, cuja ênfase será nas ações socioeducativas no território de moradia, com vistas ao exercício da cidadania ativa, à participação e ao protagonismo juvenil, tendo como elemento central a concepção do planejamento do PPCP.

ATIVIDADE 2 – Preparando o Planejamento

Etapa 1: Por quê e para quê planejar?

Iniciar um debate com a turma referente à noção de planejamento. Pergunte aos jovens: Como vocês chegaram aqui hoje? E ao Projovem Adolescente? Alguns de vocês têm filhos? Ter filho(s) foi uma escolha? Por que vocês se tornaram mãe/pai precocemente? Diante do fato de uma gravidez, como se organizaram para a chegada da criança? Existe uma rotina, coisas que vocês realizam cotidianamente. Como organizam o tempo na realização das tarefas diárias?

Essas e outras questões devem conduzir o Coletivo a perceber que não há ação humana sem um planejamento anterior. Um pensador que viveu no século XIX⁵ dizia que o quê diferenciava a espécie humana de qualquer outra é a capacidade de projetar, planejar suas ações. Ilustrava essa ideia afirmando que o pior dos arquitetos se diferenciava das abelhas à medida que essas construíam a colméia por instinto, enquanto o arquiteto elaborava previamente um plano. Ou seja: planejava a ação antes de sua execução.

Etapa 2: Fazendo um projeto

Texto de apoio

*Consultar a página da Equipe da Casa da Juventude Pe. Burnier, CAJU, Goiânia, GO.
Subsídio de Apoio da Escola de Educadores de Adolescentes e Jovens. Acessível no site:
<http://www.casadajuventude.org.br/>.*

Apresente ao Coletivo de jovens as três frases a seguir e pergunte se concordam com tais afirmativas.

- *“Qualquer atividade de nossa vida pessoal, profissional, religiosa e política, para ser consciente, precisa ser preparada, planejada e pensada.”*
- *“Quem pensa sobre o que faz, faz melhor.”*
- *“Quem não sabe para onde vai, não chega. Quem não sabe onde está, não acha caminho.”*

Em seguida apresente as sete perguntas básicas para o desenvolvimento de uma ação planejada:

I. O que fazer? Para resolver um problema geralmente são necessárias várias ações, atitudes, gestos, reuniões, estudos etc. O importante é buscar uma solução criativa.

II. Como fazer? Não basta apontar o que fazer, é necessário levantar também como será feito.

III. Quando? Já apontamos respostas para solucionar o problema, trata-se agora de ver a melhor época para realizar uma delas. Um estudo, por exemplo, pode durar um dia todo, uma tarde, podendo também acontecer durante uma ou mais semanas.

IV. Com quem? É momento agora de pensar quem será envolvido: os participantes que vão receber a proposta, quem serão os responsáveis de executá-la, com quem fazer parceria e a divisão de tarefas.

V. Onde será feito? É hora de prever. Isso ajuda a não acumular atividades para o mesmo local, ajuda ainda a diversificar e descobrir novos espaços.

VI. Para quê? Colocar no papel o resultado que esperamos, ajuda a olhar para o problema e dizer o que queremos solucionar/resolver.

VII. Recursos necessários: Possibilita perceber o que é necessário para realizar com sucesso o que foi proposto: verba, material, equipamentos...

Uma alternativa ao desenvolvimento desses conteúdos é convidar os jovens a assistirem e debaterem o filme “Saneamento Básico: o filme”, obra do Cineasta Jorge Furtado. É um filme divertido, de linguagem fácil e atraente para os jovens, por outro lado vai ao encontro dos objetivos propostos neste Percorso IV, na medida em que apresenta formas de planejamento e organização coletivas como meio de transformar uma realidade aparentemente imutável. “Se é para fazer melhor fazer bem feito”, essa é uma frase da chamada do filme, bem ajustada à ideia que queremos passar sobre a importância do planejamento. Perceber o problema, elaborar ações e transformar a realidade é o desafio apresentado pelo filme e colocado para o Coletivo de jovens.

Dica

Vale lembrar, caro orientador, leia a sinopse e veja o filme antes da exibição para os jovens, procure explorar ao máximo os aspectos relativos ao tema tratado.

Sinopse do filme:

“A comunidade da Linha Cristal, uma pequena vila de descendentes de colonos italianos na serra gaúcha, reúne-se para tomar providências sobre a construção de uma fossa para o tratamento do esgoto. Uma comissão é escolhida para pleitear a obra junto à subprefeitura. Após ouvir a reivindicação, a secretária da prefeitura reconhece a legitimidade da solicitação, mas afirma que não dispõe de verbas para obras de saneamento básico até o final do ano. No entanto, a prefeitura tem quase dez mil em verbas para a produção de um vídeo. A verba veio do governo federal e, se não for gasta, terá que ser devolvida. A comunidade decide então fazer um vídeo sobre a obra. A prefeitura apóia a ideia da realização do vídeo e da utilização da verba para a obra, que seria um absurdo devolver, mas esclarece que, para requerer a verba, a comunidade deve apresentar um roteiro e um projeto do vídeo, e que a verba era necessariamente para obras de ficção. Os moradores da Linha Cristal passam então a fazer um vídeo de ficção que, segundo interpretações, é um filme de monstro, ambientado nas obras de construção de uma fossa, com o único objetivo de usar a verba para as obras. O que eles não esperavam é que a produção do vídeo fosse se tornando cada vez mais complexa e interessante.”

No Percurso III, os jovens puderam conhecer mais de perto o território, aproximando-se de procedimentos de pesquisa, mapeando o território. Convidamos agora o Coletivo a ir além das constatações proporcionadas pelo processo da pesquisa no território. Ao propormos a atividade de pesquisa, perseguimos a possibilidade de esses jovens pensarem, posteriormente, um plano de ações socioeducativas com possibilidade de interferência na comunidade – ação-reflexão-ação.

ATIVIDADE 3 - Definindo a ação

Etapa 1: Localizando problemas

Orientador Social, levante com o grupo, os problemas/desafios encontrados no território/comunidade, especialmente durante o Percurso III. Faça uma listagem e solicite ao Coletivo que enumere esses problemas/desafios conforme alguns critérios, que podem ser: o que mais nos aflige? O que queremos mudar? O que podemos fazer para mudar?

Realize, com os jovens, um processo de escolha de problemas/desafios para posterior exercício do planejamento da ação socioeducativa. É um bom momento para que os jovens exercitem suas capacidades de argumentação, de análise e de síntese.

Você, Orientador, pode mediar um debate observando os seguintes passos: agrupe os jovens conforme as escolhas do problema/desafio e peça-lhes que construam argumentos para a defesa da escolha (chamar atenção para os critérios). Cada grupo deve elaborar, por escrito, sua argumentação e destacar uma pessoa para apresentá-la ao Coletivo.

Etapa 2: Discutindo os problemas/desafios

Organize uma exposição dos grupos (em torno de 5 minutos para cada apresentação).

Promova um debate entre os grupos. Lembre-se, Orientador, você faz a mediação e deve, portanto, combinar o tempo e a quantidade de intervenções previamente. A ideia é que o Coletivo discuta os problemas como um todo até chegar a um consenso.

Etapa 3: elegendo o(s) problema(s)/desafio(s)

Após o debate desenvolva um sistema de eleição do problema/desafio a ser planejado pelo Coletivo. É possível que seja escolhido mais de um problema com o interesse de ação/intervenção dos jovens. Entretanto não é aconselhável que o Coletivo se divida no planejamento de muitas ações. Esse fato pode gerar dispersão de energia e desarticulação do trabalho no interior do Coletivo. O ideal é concentrar mentes e braços em um ou dois focos de ação socioeducativa. Importante: este é ainda um exercício do uso de metodologia de planejamento. No Ciclo II, os jovens deverão desenvolver outras atividades com esse objetivo.

ATIVIDADE 4 - Pré-desenhando Planos de Ação: exercícios

De acordo com o resultado das escolhas dos jovens sobre os problemas/desafios a serem planejados, organize-os para desenharem um ou mais planos de ação socioeducativa. Para tanto sugerimos a matriz a seguir:

Problema	Causas	Ações	Responsável	Prazos	Recursos

Observe com os jovens que todo e qualquer **planejamento**^{*6} é sempre uma ação incompleta. Isto é uma característica, não um defeito. Quando planejamos, passado um tempo, faz-se necessário replanejar e, por conta disso, se diz: “Para que então planejar?” Sem planejamento, só reagimos às incertezas. Com o planejamento, nos preparamos melhor para enfrentar atividades desconhecidas e de difícil domínio.

Um outro conceito importante, que está sempre ligado ao planejamento, é o de programação*. A programação trata da distribuição dos recursos – disponíveis e limitados – num dado intervalo de tempo.

Para completar, outro conceito importante é o de **controle***. O controle é fundamental para a programação e o planejamento se aproximarem do desejado. O controle trata da ação necessária para reduzir a diferença entre o que se quer e o que de fato acontece.

Atenção!

Planejar não é um exercício fácil. Apesar de o planejamento fazer parte do dia a dia não se está tão acostumado a fazê-lo da forma mais sistemática como estamos propondo. Estimule os jovens nesse processo. Um dos grandes nós de todo e qualquer planejamento é a própria definição clara do problema a ser atacado. É fundamental explicar bem o problema e perceber se o que estamos afirmando ser o problema, na verdade não é uma consequência de um problema anterior.

Por fim, discuta com o Coletivo as possibilidades de viabilizar as ações socioeducativas propostas. Mãos à obra!

2 – Trabalho e Comunicação

O objetivo deste tópico é o de desenvolver a compreensão da comunicação como um elemento importante e constitutivo das atividades humanas e de trabalho, estando integrada, portando, à FTG, através da ampliação das competências comunicativas (múltiplas linguagens) e das capacidades transversais (cognitivas, afetivas, estéticas) envolvidas na realização das atividades produtivas, sociais e culturais.

Caro Orientador, o Coletivo planejou uma possível ação futura, fez o esforço de conhecer o problema e suas causas. Sugerimos para a continuidade desse processo uma atividade de comunicação em que o Coletivo faça o registro (na linguagem dos jovens) das informações e descobertas que acumularam sobre o bairro e o território.

A ideia é a criação de um jornal, um boletim ou um informativo com elementos que digam respeito ao mundo deles, abordando vários aspectos: direitos, espaços e equipamentos públicos, lazer, cultura, meio ambiente, trabalho e geração de renda...

ATIVIDADE 5 - Comunicando e socializando a produção

Estimule os jovens a produzirem charges, ilustrações, desenhos, textos criativos como: crônicas, poesias, entre outros gêneros e tipos que os jovens escolherem.

Você deve levar para o ambiente da atividade uma série de matérias (jornais, histórias em quadrinhos, folhetos informativos sobre diversos temas – saúde, esporte e lazer, trabalho, cidadania, cultura, meio ambiente e demais assuntos que sejam do interesse do Coletivo) para motivar os jovens a embarcarem nessa viagem.

Estimule-os também a socializar a produção nos diferentes espaços de sua convivência na comunidade, como, por exemplo, na igreja, clube, escola, campinho de futebol, posto de saúde, entre outros.

O formato do veículo de comunicação (jornal mural; fanzine – em folha A4 -, revista em quadrinhos, folders, por exemplo), a pauta dos assuntos, a divisão das tarefas, os tipos de “notícias” (reportagem, entrevista, crônica, notícia, poesia, charge, entre outros), devem ser decididos pelos grupos ou pelo Coletivo.

Também, pode ser que o Coletivo seja dividido em grupos e cada um se dedique a um assunto: cultura, esporte e lazer; meio ambiente; saúde; cidadania; direitos humanos e socioassistenciais; educação (escolaridade e formação em geral); trabalho (formações e oportunidades).

A produção de um meio de comunicação coletivo e comunitário pressupõe organização, planejamento, programação para cumprir as tarefas com prazos, recursos necessários e controle da produção para otimizar as várias equipes a alcançarem a meta de um produto único.

Assim os jovens devem se organizar em grupo para decidir que tipo de jornal produzirão; sua pauta; quantas páginas ou painéis; se haverá ou não ilustrações; se serão necessárias pesquisas etc.; deverão resgatar todos os registros das atividades realizadas nos três percursos anteriores; planejar e dividir as tarefas; programar os prazos e os recursos; definir prazo para um acompanhamento e controle da produção e para os ajustes e replanejamento necessários.

Ainda nessa etapa, é necessário que sejam definidos os objetivos do veículo de comunicação, um título provisório, um cronograma provisório, um esquema de distribuição e divulgação. O conjunto das ações exige uma consequente divisão de tarefas.

PontoCom@

Fanzine: publicação impressa alternativa, geralmente dedicada a assuntos musicais (especialmente no âmbito do rock) e a outras manifestações culturais. Expressão derivada de fan (fã) e magazine. Nascidos com o movimento punk inglês, entre 1975 e 1976, os fanzines são descendentes das publicações underground dos anos 60. Podem ser produzidos de forma rudimentar, como uma simples folha datilografada ou desenhada e escrita à mão, fotocopiada ou mimeografada, ou podem ser impressos na forma de jornal ou revista. Caracterizam-se, além do tema, pela linguagem (textual e gráfica) que não obedece aos padrões convencionais. São geralmente distribuídos de maneira informal, vendidos pelos seus próprios produtores e a preços baixos, nos pontos frequentados pelo público que se identifica com sua linha editorial.

Pauta: planejamento esquematizado dos assuntos a serem tratados num jornal, com um resumo dos assuntos e a indicação ou sugestão de como o tema deve ser tratado. A pauta não é normativa, não estipula uma linha de ação a ser obrigatoriamente seguida: é uma tentativa de orientar o trabalho do redator, dentro dos parâmetros que possam ser previstos. Caso ocorra algum detalhe importante como notícia e não previsto na pauta, este não impede, obviamente, que o planejamento seja revisto. Podem estar contidos na pauta, além do resumo do assunto, o tratamento que deve ser dado ao tema, uma sugestão de perguntas para o entrevistado, nomes, endereços e telefones de possíveis informantes.

Título: pequeno texto (palavra ou frase), que indica resumidamente o assunto da matéria e chama a atenção do leitor para determinado livro, filme, jornal, revista, anúncio publicitário, peça teatral, programa de rádio ou TV, qualquer texto literário, científico, poema, música, desenho, entre outros.

Manchete: título principal geralmente situado com destaque no texto. Indica o fato jornalístico de maior importância entre todas as notícias.

Não basta redigir, escrever: é preciso comunicar. É preciso que os jovens assumam o seu lado de comunicadores. O processo de comunicação pressupõe, no mínimo, seis elementos: um **emissor**, que quer ou deve enviar uma mensagem a um **receptor**, que está ou deverá ficar interessado na **mensagem**. Esta, por sua vez, parte de um dado de realidade (**acontecimento**) e será transmitida através de um **canal** e em um **código** conhecido por ambos, receptor e emissor.

O ponto de partida para o sucesso na comunicação é a caracterização do receptor. Os autores das mensagens devem ser os primeiros e os mais interessados em que o seu leitor/receptor se prenda à leitura do texto. Dos autores depende que o leitor possa entender e absorver as mensagens a serem veiculadas. Assim, oriente os jovens a fazerem de início esta pergunta: vale a pena ler esse texto?

Então, o primeiro passo a ser dado para se chegar à comunicação bem-sucedida é a caracterização do receptor.

Outras perguntas orientadoras para a elaboração dos textos: O que o receptor precisa saber sobre isso? Para que o receptor precisa dessas informações? Que tipo de conhecimento o receptor já tem a respeito do assunto, da situação? Por que é importante para o meu receptor informar sobre esses assuntos? Que tipos de respostas espero do meu receptor às mensagens?

Mãos à obra!

Quanto aos textos escritos é sempre bom revisá-los e verificar se eles apresentam coerência, princípio meio e fim. Se as palavras usadas estão expressando o que se pretende, se é possível ajustar uma linguagem muito coloquial, quando não tiver sido proposital o seu uso, para uma linguagem mais formal.

Dica

Antes de considerar o texto pronto, sugira que uns leiam os textos dos outros para a apreciação e contribuições. Afinal, a comunicação, como o trabalho, e por isso também a comunicação no trabalho e de trabalho, são necessidades básicas de todos nós para a nossa sobrevivência, nossa convivência social e na criação da cultura e do mundo. Sucesso!

Orientador,

reflita com os jovens de que maneira a atividade 3 (“Definindo ações”) contribui para:

- a) identificar problemas/desafios existentes no território que se relacionam com os demais temas transversais trabalhados?*
- b) caracterizar questões/desafios que efetivamente mobilizam os jovens e podem ser escolhidos para desenvolvimento em profundidade nas ações socioeducativas no Ciclo II?*

POP – Projeto de Orientação Profissional:

Ficha 4 – Meu plano de ação pessoal e de participação social

Esta ficha 4 do POP deve ser preenchida de forma mais livre pelos jovens. É o momento em que terão oportunidade de projetar, de maneira individual, um plano de ação para o seu próprio desenvolvimento pessoal nas várias esferas de sua vida – continuidade de sua escolaridade formal; perspectivas de formação para inserção no mundo do trabalho, participação em redes e grupos juvenis; integração em grupos de atividades culturais, esportivas e de lazer; participação em grupos de atuação no meio ambiente, nas questões de cidadania ou de outras áreas sociais. É também o instrumento em que ele registrará um primeiro plano de atuação no território a ser desenvolvida e amadurecida no Ciclo II do Serviço Socioeducativo.

Trata-se, neste momento, de o jovem registrar e sistematizar os seus projetos, como resultado do processo formativo que vivenciou no Serviço Socioeducativo ao longo do Ciclo I. Como vemos neste Percurso IV, o Planejamento é um momento inicial de projeção de ações a serem desenvolvidas para alcançarmos um determinado fim. No entanto,

aprendemos também que, como ponto de partida, o planejamento para a sua realização sempre requer replanejamentos, decorrentes das situações concretas. Também requer programação das ações a fim de que sejam sempre garantidos os objetivos últimos pretendidos, ainda que haja alterações no planejamento inicial e que se façam necessários ajustes diante de dados e circunstâncias novos.

Assim, você Orientador, deve montar com os jovens os itens que figurarão nesta Ficha 4, de modo a que eles sejam os efetivos sujeitos dos seus Planos Individuais e Coletivos de Ação.

Ficha 4-A

Meu Plano de Ação Pessoal para o Ciclo II

.....

Verso da Ficha 4-B

Meu Plano de Atuação Social Coletiva para o Ciclo II

GLOSSÁRIO

Controle e resolução dos problemas

O controle reduz a diferença entre o que se quer e o que de fato acontece. As operações de controle reduzem os imprevistos, e os resultados alcançados são mais confiáveis. Utilizamos mecanismos ou dispositivos de controle em inúmeras situações do cotidiano.

Planejamento

É uma ação no presente voltada para o futuro. É preciso planejar porque o futuro é cheio de incertezas. Com o planejamento, podemos evitar alguns problemas ou diminuir consequências indesejadas. Mas é bom saber que o planejamento, embora necessário, é sempre incompleto. Alguém que saiba exatamente tudo o que vai ocorrer, como e quando cada coisa vai acontecer, não precisa planejar, é só programar. O planejamento é um trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados, é planificação.

Programação

A programação trata da distribuição, num dado intervalo de tempo, dos recursos disponíveis. Cálculo do tempo para todas as atividades (desde o deslocamento até a previsão de fatores externos). Planejamento e Programação precisam do controle.

4.2. JUVENTUDE DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS

1 – Democracia e participação juvenil

O objetivo deste tópico é promover com os jovens uma reflexão sobre a democracia, o sistema político, os espaços de participação juvenis e as possibilidades de atuação que oferecem.

No decorrer dos encontros nos percursos socioeducativos anteriores, o Orientador deve ter tido a oportunidade de interagir e conversar com os jovens⁷ sobre os mais diversos temas ligados à cidadania e aos direitos. Neste último percurso socioeducativo do Ciclo I, é interessante que os jovens voltem suas atenções mais propriamente para as suas possibilidades de atuação na sociedade.

Dentre as várias coisas que definem o que é uma democracia dois princípios são fundamentais⁸. O primeiro é o controle popular sobre a tomada de decisões coletivas. Ou seja: devemos escolher nossos representantes, participar em estruturas da sociedade civil e do governo, propor temas e ações e acompanhar a atuação dos órgãos existentes, sugerindo melhoras e denunciando irregularidades e abusos. O segundo princípio é a igualdade entre os cidadãos no exercício deste controle. Isto implica que o voto de todo mundo deve valer a mesma coisa, todos que quiserem podem fazer suas sugestões e denúncias e todas elas serão tratadas da mesma forma, todos podem participar nos mesmos espaços, e assim por diante. Alguns arranjos institucionais são importantes para assegurar a democracia, entre eles destacam-se: a existência de mais de um partido político, a disputa eleitoral, a independência do judiciário e a separação dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), a imprensa independente e os canais de participação social.

É lógico que só vamos exercer nosso direito de participação política e opinar nos assuntos públicos se tivermos a certeza de que não sofreremos retaliações por isso. E aí é que entra novamente a importância das liberdades de expressão, associação, reunião, locomoção e a garantia da justiça – só para reforçar que todos os direitos estão relacionados. O importante é lembrar que a cidadania é construída, ou seja, não basta estar na lei, deve ser exercitada pelos cidadãos e colocada em prática pelos governos. Vários dos nossos direitos foram conquistados com muito esforço e temos o dever de preservá-los.

Espaços de participação dos jovens

Quais são as instâncias de participação do jovem? Sugerimos em primeiro lugar, que os jovens pesquisem o que existe na sua comunidade, no seu território em termos de agrupamentos e iniciativas juvenis. Não precisam ser necessariamente ligados aos direitos, é bom ter uma ideia dos espaços já ocupados pelos jovens. Talvez existam grupos, jovens de igreja, de música, dança, pintura, teatro. Talvez existam associações estudantis, grupos solidários, e times de esportes, por exemplo. É importante saber como os jovens se organizam em torno de seus interesses e como se inserem na vida social.

Existe uma infinidade de possibilidades de inserção social dos jovens, individualmente e em grupo. São maneiras e focos diversos de participação na vida em comunidade. Uma iniciativa pode ser mais lúdica ou mais séria, mais elaborada ou mais simples, com um foco mais político, ou recreativo, ou assistencial, por exemplo. É uma combinação de características, construídas a cada situação. Algumas iniciativas estão mais voltadas para a ampliação e enriquecimento da rede de relacionamentos sociais e trocas que os jovens realizam de forma mais autônoma – mostrando seus jeitos

Notas

7. Lembramos que para garantir a fluidez textual será utilizada a norma gramatical que reúne no formato masculino os homens e as mulheres.

8. Beetham, D. (2003) Democracia e direitos humanos: direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. In.: J. Symonides (Org.), Direitos Humanos, novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO (p.107-137).

próprios, linguagens, música etc. Ou também iniciativas que constroem as relações com as instituições (como a família, a escola e a sociedade), em que os jovens expressam suas ideias e pontos de vista sobre a realidade ao redor. Estas relações permitem valorizar os jovens como sujeitos sociais que têm voz e presença na vida de sua comunidade, de seu território de moradia e de sua cidade. Já outras iniciativas se voltam mais intencionalmente para as questões da participação política. São iniciativas que se constroem em torno da reivindicação de direitos, do monitoramento e controle das políticas públicas e que se constituem a partir de processos organizativos do grupo e da mobilização social.

Iniciativas mais voltadas para o fortalecimento da rede social dos jovens seriam, por exemplo, organizar saraus⁹ e apresentações de bandas, fazer exposições de desenhos e pinturas, montar oficinas e exposições de artesanato, promover concursos de poesia e contos, participar de rádios comunitárias e rádios escolares, montar oficinas de conserto de brinquedos e montar concursos de soletrar ou de tabuada.

Exemplos de ações que são mais voltadas para a construção da participação cidadã seriam: desenvolver jornaizinhos de comunidade ou da escola; montar peças de teatro que informem a população sobre algum tema importante ou polêmico (racismo, direito dos idosos, doenças sexualmente transmissíveis, história da cultura indígena, porte de armas, redução da maioridade penal, discriminação de mulheres – o que quiserem); formar grêmios (organizações que representam os interesses dos estudantes nas escolas e são previstas na Lei nº 7.398); promover palestras e debates sobre temas interessantes; montar uma semana especial de férias com campeonatos de esportes e gincanas para as crianças da comunidade, contribuir à conscientização de outros jovens sobre a importância de ter seu título de eleitor; ajudar a arrecadar livros para montar bibliotecas; promover manifestações pacíficas, montar campanhas a favor da paz; organizar passeios a museus; visitas a prefeituras, órgãos públicos, universidades, escolas, empresas, organizações não governamentais, fundações empresariais, movimentos sociais, sindicatos, conselhos de defesa de direitos, de defesa do meio ambiente ou de controle de orçamentos públicos; ou participar de fóruns de debates de questões públicas; escrever cartas e manifestações para deputados e senadores; montar uma exposição das diferentes religiões; promover campanhas de conscientização no trânsito; promover a cultura local, por exemplo a partir de um festival de culinária típica, e outros exemplos. O nível de complexidade de cada uma destas ações e da necessidade de ajuda de adultos e organizações já instituídas para realizá-las, varia bastante. Esta é só uma amostra.

Uma das grandes questões na qual o jovem pode atuar é no incentivo de uma cultura de paz a partir das suas interações na família, na escola e na comunidade. Todas as atividades sugeridas acima podem ser vistas dentro desta perspectiva da promoção de uma convivência pacífica entre as pessoas.

O jovem precisa ser visto como fonte de iniciativa e responsabilidade. A ele deve ser dada a opção livre de se envolver ou não e a chance de participar no planejamento, na execução e na avaliação das ações e se apropriar dos resultados. O caminho para a participação cidadã dos jovens é propiciar que eles mesmos construam seus conhecimentos e habilidades, percebam seu potencial e sintam-se desafiados a contribuir para transformar a realidade.

ATIVIDADE 1

Sugerimos como atividade deste tópico que o grupo monte um livrete¹⁰ ou folheto que possa servir como uma espécie de catálogo de ideias que incentive os jovens a ter uma atuação no território. O processo de montagem deste livrete é parecido com a montagem, por exemplo, de um cardápio ou menu de restaurante. A primeira folha é de boas vindas,

Notas

9. Pequenas reuniões para apresentação de músicas, poesias e discussão de literatura ou outras artes.

10. Livrete: pequeno livro.

ela apresentaria os princípios que os jovens consideram mais importantes e o território em que estão – poucas palavras sobre a cidade ou a zona rural: qual é o tamanho do lugar, quanta gente mora lá, quando as pessoas começaram a chegar, se tem algum rio ou mata importante, enfim, informações gerais. Depois viriam os tira-gostos ou entradas, aquelas cozinhas que servem pra matar a fome antes da refeição principal. No nosso caso poderiam ser, por exemplo, a listagem de possibilidades de ações de sensibilização da população do bairro (campanhas, divulgações disso ou daquilo, palestras etc.). Depois como em um cardápio que traz os pratos principais divididos entre carne, peixe e massas, poderiam ser feitas subdivisões dos grandes temas: direitos sociais, direitos civis e políticos, crianças e adolescentes, rede de proteção de direitos etc. Em cada uma das subdivisões seriam listadas as atividades de protagonismo possíveis (montagem de peças de teatro, exposições, visitas etc. – vejam sugestões acima). Por fim, onde seriam os doces ou sobremesas poderiam ser apresentadas as atividades de protagonismo com forte componente lúdico – as gincanas, campeonatos, oficinas etc.

A depender do nível de organização, mais ou menos informações podem ser apresentadas. Por exemplo: em vez de preços das comidas pode ser escrito o que seria necessário para concretizar a atividade (equipamento esportivo, palco, papel, acesso a computador etc.). Assim como um cardápio mostra as comidas que o restaurante oferece, nosso cardápio mostraria as ações que os jovens podem tentar realizar no território.

Se a experiência de frequentar um restaurante for muito distante da experiência dos jovens deste grupo uma série de adequações e variações são possíveis. Outras comparações podem servir de exemplo. Uma alternativa seria pensar neste processo de organizar ações de protagonismo como, por exemplo, a montagem de uma grande festa na comunidade, em que teríamos que pensar no convite, nos preparativos, nas danças, nas comidas e brincadeiras.

Orientador,

independente da forma do produto final desenvolvido pelos jovens, o importante é que, de maneira lúdica, levantem-se opções e se viabilize uma certa organização às possibilidades de protagonismo juvenil deste grupo de jovens, em seu território.

Quais são as oportunidades de participação juvenil que os jovens identificam no território em que vivem e que despertam o interesse do Coletivo?

4.3. JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

1. Meio Ambiente é política?

O objetivo deste tópico é discutir a relevância das políticas nacionais e dos tratados ambientais mundiais como instrumentos essenciais de proteção ambiental. Pretende-se situar o processo de proteção ambiental num contexto de conflitos e de disputas, e não de harmonia. Busca ainda mostrar que os bastidores da área ambiental são de muito trabalho, conflitos e militâncias cidadã e política.

Vimos anteriormente que o Brasil é um dos países que possui leis ambientais bastante rígidas e bem fundamentadas. Elas foram pensadas para assegurar a proteção de nossas riquezas naturais. Entretanto, vimos que são muitas as dificuldades para tirar a lei do papel, tornando-a realidade. Mas como estas leis são criadas? Quem as cria?

Num primeiro momento podemos pensar na figura dos políticos como sendo os responsáveis pela formulação das leis. Mas será que eles as criam sozinhos?

O termo genérico “políticos” precisa ser discutido, pois há níveis diferenciados de responsabilidades. Vale lembrar que nosso país é organizado em três poderes – o legislativo, o judiciário e o executivo. O primeiro é composto de vereadores, deputados estaduais e federais, e senadores, é o responsável por formular as leis. O segundo é composto por juízes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores e é o responsável por fiscalizar o cumprimento das leis. Já ao executivo, composto por prefeitos, governadores, secretários, ministros, presidente etc., é responsável pela execução das leis, ou seja, tirá-las do papel e torná-las realidade.

Olhando novamente para estes agentes, é possível perceber que a criação de leis é responsabilidade do legislativo. Mas eles as fazem sozinhos? São eles os únicos a criar leis? Felizmente não, pois qualquer cidadão, grupo ou entidade pode sugerir leis e participar da sua elaboração, em conjunto com algum vereador, deputado ou senador. Para isso, todos podem contar com a ajuda de especialistas que entendam do assunto em questão e que ajudem na criação de uma lei que “pegue” pra valer. Mas a política não se resume à criação de leis! Ela vai muito além! Envolve participação cidadã das pessoas, militância de movimentos sociais, eleições, políticas públicas, investimentos sociais, ambientais, econômicos etc.

Infelizmente nós, brasileiros, somos ainda pouco interessados em política e isto nos distancia do seu real significado e interferência. Podemos não gostar de política e achar que ela se resume às eleições de quatro em quatro anos, mas ela é maior do que isso e interfere diretamente em nossas vidas. Uma medida econômica pode gerar aumento de preços; um corte de verbas pode gerar greve de professores, e assim por diante. São decisões tomadas no espaço político, por representantes por nós eleitos em processos democráticos, que interferem em nossa vida cotidiana.

E como a política interfere em todos os setores, não é diferente na área ambiental. Muitas decisões políticas (seja do prefeito, do governador, do ministro ou do presidente) podem resultar em consequências diretas no meio ambiente, independente de serem tomadas pelos órgãos competentes pela pasta “meio ambiente” ou outra. Exemplo: se uma nova estrada vai ser construída (responsabilidade da área dos transportes) ela vai afetar o meio ambiente e o nosso cotidiano.

É importante ainda perceber que as decisões políticas são também influenciadas por outros fatores, especialmente pelo econômico. Por exemplo: a ação de uma empresa pode ter efeito devastador ao meio ambiente e ter a retaguarda do governo local, por meio de uma lei que a favorece, ou de uma fiscalização menos rígida. Ou seja, a política é também um espaço de defesa de interesses dos mais diversos setores sociais, e nem sempre, as decisões políticas levam em consideração a população “como um todo”.

Dada a capacidade de a área ambiental estar presente em diversas outras áreas, ela é considerada como sendo “transversal”, ou seja, se relaciona com os campos social, econômico, cultural, de infraestrutura etc. Em função disto, considera-se que as políticas de meio ambiente devem estar presentes em todas as áreas e não somente no órgão ambiental. Isto se constitui num grande desafio atual, e ainda enfrenta muitos entraves para ser implementado. Algumas experiências no país têm sido feitas, e têm trazido importantes resultados, mas constituem-se apenas o início de lidar com o grande desafio.

ATIVIDADE 1: Como participar da proteção ambiental? Quais são as leis ambientais do meu município?

O objetivo desta atividade é conhecer os espaços locais de participação do cidadão na proteção do meio ambiente. Além disso, pretende levantar as principais leis de proteção ambiental discutindo como elas têm sido aplicadas na prática e identificar situações de conflitos ambientais no município.

Convide um vereador, um técnico da prefeitura ligado à área ambiental e um membro de alguma ONG ou grupo ecológico local para promover um debate e apresentar aos jovens um panorama das leis e dos espaços de participação no município, voltados à proteção do meio ambiente. Apesar de menos de 10% dos municípios brasileiros terem um órgão específico sobre meio ambiente, na maioria deles o tema é tratado em algum órgão. Além disso, muitos municípios possuem Conselhos de Defesa do Meio Ambiente e promovem Conferências Municipais de Meio Ambiente (e outros tem fóruns de debates e de participação) para debater o tema e levantar propostas de ação. Muitas vezes a comunidade desconhece estes espaços, e mesmo conhecendo-os acaba não participando deles.

Estes convidados podem também falar sobre conflitos ambientais existentes no município ou região, como por exemplo: disputa pela posse de terras, retirada de pessoas para construção de uma hidrelétrica, mobilização contra uma empresa poluidora etc. Se olharmos bem, veremos que há muitos conflitos por conta de questões ambientais, e algum deles podem ser realidade em nosso município.

O debate pode ser realizado com a presença de pelo menos uma destas três pessoas. Pode também ter a participação de representantes de outras organizações. Divida o tempo da atividade com uma palestra dos convidados seguida de perguntas e questionamentos feitos pelos jovens. O foco da atividade não é criar polêmicas nem se constituir num “tiro ao alvo” com acusações para os representantes dos órgãos locais. A ideia é apresentar o tema, mostrar o “mapa da mina” aos jovens, despertando um gostinho de “quero mais”. Afinal, todos os problemas de participação cidadã ligados ao meio ambiente não serão resolvidos nesta atividade, não é?

Dica

Ao final da atividade, agradeça a participação dos convidados e verifique a possibilidade de a turma realizar uma visita às suas organizações, para verem como elas funcionam na prática. Quem sabe alguns não despertem interesse para o tema a partir desta atividade?

2. Já ouviu falar em Agenda 21?

O Objetivo deste tópico é apresentar a proposta da Agenda 21 – o que é, para que serve, como funciona e como ela pode ser uma importante ferramenta do desenvolvimento sustentável local. Pretende-se ainda incentivar os jovens a participarem da criação ou da implementação de uma Agenda 21 no seu município.

Você já ouviu falar em Agenda 21? Este termo curioso significa muito e ao mesmo tempo é algo simples de ser compreendido. É uma agenda onde se registram os compromissos a serem cumpridos para reverter os processos de degradação ambiental ao longo do século 21. Como a sua ideia surgiu durante a Eco-92, ela já nasceu projetando uma visão de futuro, no caso voltada ao século 21.

A ideia básica da Agenda 21 remete a duas coisas complementares e importantes: uma tem a ver com uma agenda de compromissos a serem assumidos para o enfrentamento dos problemas socioambientais atuais, e a outra tem a ver com uma metodologia de planejamento de ações que tornará possível enfrentar estes problemas.

Vamos entender melhor isso. A primeira questão diz respeito a um conjunto de compromissos que diversos países e setores da sociedade devem assumir para enfrentarem os problemas socioambientais atuais. Aqui já se

percebe um princípio básico da Agenda 21, que é a necessidade de envolvimento dos mais variados países e setores sociais nesta luta. Trata-se, portanto, de dar um sentido coletivo às ações, envolvendo governos, empresas, sindicatos, associações, ONGs, universidades, escolas, cidadãos etc. Entende-se que isoladamente cada um destes terá muita dificuldade para enfrentar estes problemas, e, portanto, devem atuar de forma articulada e coordenada.

A segunda questão – da metodologia de planejamento – tem a ver com a forma como estas parcerias vão sendo construídas e como estes coletivos vão se organizando (em fóruns) para irem estabelecendo, de forma conjunta e participativa um plano de ação. É neste plano de ação, também conhecido como Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, onde constam questões como: que problemas precisam ser enfrentados; de que forma, quem faz o quê e quando, formas de avaliação etc.

Na Conferência Eco-92 a proposta da Agenda 21 Global foi aprovada por 179 países, que se comprometeram a construir as suas respectivas Agendas 21 Nacionais, e incentivar que cada comunidade e setor elaborassem as suas Agendas 21 locais.

O Brasil vem fazendo a sua parte desde 1997, quando deu início à construção da Agenda 21 Brasileira, envolvendo cerca de 40 mil pessoas e concluída, a construção, em 2002. Esta construção foi coordenada por uma Comissão, a CPDS: Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira, que é formada por representantes de diversos setores da sociedade e do governo, sendo responsável por coordenar a implementação da Agenda 21 Brasileira.

A partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira entrou numa nova fase e passou a ser implementada em todo o país, por meio do incentivo a municípios, setores e comunidades a construírem as suas Agendas 21 Locais. Um banco, uma empresa, um bairro ou um município podem elaborar sua própria Agenda 21, reunindo informações e pactuando ações para enfrentarem problemas relacionados às questões ambiental, social e econômica.

Como vemos, o objetivo central da Agenda 21 é o de fazer as pessoas e os setores da sociedade trabalharem de forma conjunta e participativa para traçarem caminhos que conduzam a humanidade à sustentabilidade (local e global) em suas múltiplas dimensões. O termo “sustentabilidade” dá margem a muitas interpretações e conflitos, portanto, é importante qualificá-lo. Estamos falando de sustentabilidade social, ambiental, política, ética, cultural e econômica – dimensões estas que trazem um conjunto de significados próprios. Portanto, é óbvio que se trata de um trabalho complexo e de difícil realização, que exige muita força de vontade e garra na sua construção. A Agenda 21 nos faz pensar e planejar como será fazer a “nossa parte” para com o planeta (e o local onde vivemos), mas vai além. Ela nos provoca a perceber que as responsabilidades são de todos, mas em diferentes níveis e pesos para cada um dos habitantes do planeta (pessoas e setores). Portanto, ela nos convida a conhecermos melhor nossa cidade, repensarmos nossas ações, mudarmos nossos comportamentos por meio de um planejamento, no qual são definidos metas, responsáveis, prazos, parceiros, recursos necessários a realização das metas, avaliação e monitoramento das ações. Vamos refletir a respeito? Que tal começarmos a agir?

Muitos municípios brasileiros estão desenvolvendo a sua Agenda 21 Local, colocando em prática esta metodologia e agindo para enfrentar seus problemas e transformar sua realidade. E nosso município, como está? Possui um processo de Agenda 21? Vamos saber mais?

ATIVIDADE 2: Oficina de Futuro

Existem diversas maneiras de se elaborar uma Agenda 21 Local. O Ministério do Meio Ambiente propõe seis passos:

1º Passo: mobilizar para sensibilizar Governo e Sociedade: por meio de oficinas, seminários, divulgar para todos o que é Agenda 21 e sensibilizá-los para a necessidade de sua construção;

2º Passo: criar o Fórum da Agenda 21 Local: o Fórum é o grupo de pessoas, da sociedade e do governo local que juntas conduzirão o desenvolvimento da Agenda 21;

3º Passo: elaborar o Diagnóstico Participativo: neste passo, é feito um “retrato” da realidade do município, com a participação de todos, para se conhecer melhor seus problemas e suas potencialidades;

4º Passo: elaborar Plano Local de Desenvolvimento Sustentável: com base no Diagnóstico, o Fórum junto com a população local, planeja ações para a sustentabilidade do município, que conciliem a proteção ambiental, justiça social e o crescimento econômico. Este plano deve conter as metas, os responsáveis, possíveis parcerias, prazos, recursos financeiros para sua realização, bem como sua avaliação e monitoramento;

5º Passo: implementar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável: neste passo o Plano é colocado em prática por todos que participaram de sua elaboração;

6º Passo: monitorar e Avaliar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável: a realização do Plano deve sempre ser acompanhada por uma avaliação para ver os resultados e permitir que reajustes, readaptações sejam feitas ao longo de sua implementação.

Já para as escolas, o Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, elaborou um material que orienta a elaboração da Agenda 21 na Escola. Neste documento é proposta uma metodologia chamada de Oficina de Futuro, pois trata de um olhar do presente para o futuro, onde o coletivo é responsável por conduzir esta atividade. Seja na escola ou fora dela, esta metodologia pode ser aplicada e compreende três etapas: 1. Árvore dos Sonhos; 2. Pedras no Caminho; 3. Plano de Ação. Na primeira, os jovens são estimulados a pensar na comunidade dos seus sonhos (Qual é a comunidade dos nossos sonhos?). Devem sonhar pra valer, e imaginar tudo de bom que gostariam de ver na sua comunidade, por mais que possam parecer improváveis de acontecer. Estes sonhos devem ser escritos em papéis (com letras grandes para todos lerem) e serem afixados num desenho de árvore que pode estar no chão ou na parede, para comporem a Árvore dos Sonhos.

No passo seguinte – Pedras no Caminho – os jovens são convidados a identificar as principais pedras que existem no caminho para que a comunidade alcance os sonhos imaginados e afixados na Árvore. É o momento de mapear as principais dificuldades atuais que a comunidade enfrenta. Todas elas devem ser também escritas em papéis e afixadas nas raízes da Árvore dos Sonhos.

Finalmente o terceiro passo – Plano de Ação – diz respeito às ações que deverão ser realizadas para enfrentar as dificuldades e alcançar os sonhos. Quanto maior o detalhamento das ações, melhor será o Plano. Podem surgir ações do tipo “conscientizar a comunidade”, merecendo um detalhamento maior: “conscientizar como?”, “quem da comunidade?”, e assim por diante. Num Plano de Ação como este é importante constar: qual é a ação, de que forma ela será realizada, quem é o responsável por ela, em que prazo ela será realizada. O Plano de Ação pode ser feito num quadro, painel ou num grande pedaço de papel. A ideia é que todos o enxerguem a certa distância, de modo a facilitar a participação coletiva, e que ele fique perto da Árvore, afinal fazem parte da mesma atividade.

Uma dica importante é realizar um passo de cada vez: primeiro os sonhos, depois as pedras e finalmente o plano de ação. Todas elas de forma coletiva envolvendo toda a turma. A atividade exige ainda preparação prévia – separação dos materiais: papéis, pincéis atômicos, canetas, fita crepe; e confecção da árvore.

Ao final da atividade, é importante dar uma repassada na árvore como um todo e deixá-la fixada em algum lugar permanente para ser lembrada com frequência. Uma questão crucial ao final é “como e quando vamos colocar em prática o Plano de Ação?” O plano de ação pode ser transcrito e distribuído na comunidade, para sensibilizar e comprometer outras pessoas. Se possível, faça uma breve avaliação desta atividade.

Dica

Embora esta metodologia tenha sido elaborada para a área ambiental, ela também pode ser utilizada para qualquer outra área e tema de interesse dos jovens. Os passos são os mesmos, e somente as perguntas necessitam ser adaptadas para o tema adotado.

Os métodos “Passo a passo da Agenda 21 local” e “Oficina de Futuro” são muito parecidos e contêm as bases fundamentais para um planejamento. Se queremos mudar para um desenvolvimento que seja sustentável, que considere não só o meio ambiente, mas as necessidades sociais e econômicas das pessoas temos que planejar muito bem quais são as ações necessárias para que a sustentabilidade seja real em nosso município. E então, queremos assumir este desafio?

Vá além! Saiba mais!

Conheça mais sobre Agenda 21 acessando:

www.mma.gov.br/agenda21

*A **Carta da Terra** é um documento mundial que reúne uma série de responsabilidades assumidas pelos povos do planeta com vistas à construção de uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. O documento completo pode ser acessado nas páginas abaixo, onde também é possível encontrar uma versão em vídeo, que pode ser utilizada em atividades com os jovens:*

www.mma.gov.br/agenda21

www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc

*No site do Ministério do Meio Ambiente é possível ainda conhecer os municípios que estão realizando as suas Agendas 21 Locais, por meio do “Sistema Agenda 21”. **Será que o nosso município está nesta lista?***

Considerações Finais

Ao longo dos onze tópicos que compõe os conteúdos do tema meio ambiente, trabalhados no Ciclo I, procuramos apresentar uma visão, o mais panorâmica possível, do tema, de forma crítica e provocativa. Se o tema meio ambiente é novo e suficientemente aberto a inovações, criações, ousadia, ele também traz consigo, em sua breve história, acúmulos e conquistas de lutas pela proteção ambiental.

É importante frisar que a discussão e o entendimento sobre o tema vão muito além do exposto no texto. Há muitos outros tópicos possíveis, outras abordagens e formas de encarar os assuntos aqui apresentados. Considere tudo isto como um pontapé inicial e um convite a uma reflexão que pode ser bem mais profunda e, para isto, seu papel como Orientador Social é fundamental.

Se os jovens de hoje já nascem num mundo mais ecológico do que no passado, eles precisam saber identificar o que realmente significa este termo “ecológico”, pois em muitos casos ele se apresenta apenas como uma nova roupagem numa prática tradicional e arcaica.

Portanto, muita atenção para discutir o tema. Ser um cidadão “ecologicamente correto” não significa consumir somente produtos “verdes”, mas passa por uma intensa reflexão individual e coletiva acerca dos nossos valores e de nossas atitudes perante a vida, a sociedade e o mundo. O “fazer a sua parte” não consegue mais responder aos crescentes e graves problemas ambientais mundiais. É preciso ir além!

Por isso fica aqui o convite para incentivar os jovens a se engajarem na luta pela proteção ambiental, não apenas como pessoas que “jogam o lixo no lixo”, mas, sobretudo, como cidadãos e sujeitos ecológicos. Ou seja, pessoas que conseguem enxergar as entrelinhas dos acontecimentos, perceber as responsabilidades de cada um, cobrar os responsáveis por ações, repensar valores e atitudes, e colocar as mãos na massa e fazer. Afinal há muito por fazer e poucos para fazer.

Para isto, é importante nos unirmos a quem já está nesta trilha. Por que não somar esforços a outros grupos, coletivos e pessoas já engajadas na luta pela proteção ambiental? Somando esforços podemos ir mais longe, e transformar o rumo atual de degradação ambiental do planeta. Afinal, Paulo Freire, um grande educador, já dizia que “*mudar é difícil, mas é possível*”.

Por fim, vale ainda ressaltar que a área ambiental vem cada vez mais gerando oportunidades de trabalho e de geração de renda. Já há muitas pessoas no Brasil vivendo a partir da proteção do meio ambiente e muitas outras poderão seguir este caminho. Mas este assunto fica para depois. Falaremos sobre ele em breve, no Ciclo II deste serviço socioeducativo.

Orientador,

reflita com os jovens se existem problemas socioambientais no bairro em que moram; quais são os que lhes parecem prioritários para analisarem e como argumentam os jovens seu interesse e sua motivação para atuação social do Coletivo no Ciclo II nos problemas prioritários.

4.4. JUVENTUDE E SAÚDE

1. Adolescência, território e condicionantes da Saúde

O objetivo deste tópico é retomar com os jovens o instrumento desenvolvido no Percurso Socioeducativo I para caracterização das vulnerabilidades sociais do território em que vivem e que têm impacto nas condições de vida e de saúde, e verificar se ocorreram ou não mudanças.

No Percurso Socioeducativo I, os jovens iniciaram o mapeamento de fatores protetores e fatores de risco e vulnerabilidade no território, criando um instrumento para acompanhar o desenvolvimento das condições locais de saúde. Neste percurso, a proposta é que cada Coletivo retome este mapeamento para atualizá-lo e refleti-lo coletivamente

ATIVIDADE 1 – Retomar o mapeamento de fatores protetores e fatores de risco e vulnerabilidade no território

Material de apoio

Mapa do território onde funciona o Coletivo e dos bairros adjacentes; pincéis atômicos: verde e vermelho; uma folha grande de papel pardo e uma folha grande de papel manteiga.

Levantar com os jovens a “fotografia atual” do território mostrando fatores protetores e de risco e vulnerabilidade na área da saúde e comparar com a “fotografia inicial” desenvolvida no Percurso Socioeducativo I. Verificar se houve avanços e/ou recuos; onde ocorreram (se ocorreram) e que situações permaneceram iguais. Debater, em pequenos grupos, os motivos dos avanços e do recuo, bem como os motivos que levaram alguns pontos a ficarem estacionados – sejam eles positivos ou negativos. Em outras palavras, verificar o que contribuiu para manter pontos positivos de proteção em funcionamento e o que levou pontos negativos, de risco, a persistirem.

Dicas

Lembre-se que no Percurso Socioeducativo I o mapa do território foi elaborado considerando:

a) Fatores protetores: serviços públicos de qualidade (educação, saúde, assistência social etc.); possibilidades de lazer e culturais; oferta de trabalho digno e associativismo comunitário.

b) Fatores de risco e vulnerabilidade – Exemplo: focos de prostituição, de venda e consumo de drogas; trabalho degradante; trabalho infantil; travessia de autoestrada sem passarela ou sinal de trânsito ou trevo; locais ermos e sem policiamento; iluminação pública precária; manipulação política da população etc.

O território deve ser mapeado, apontando em vermelho, os locais do bairro onde se encontram fatores de risco à saúde e em verde, os locais onde prevalecem fatores protetivos.

Orientador Social, você deve ajudar os jovens a levantar as ações que foram sendo criadas (a cada percurso socioeducativo deste Ciclo I) e que indicam o que foi feito para monitorar fatores protetores e de risco na área da saúde. Neste exercício é importante observar se houve algum movimento de pontos neutros ou verdes para vermelhos (riscos e vulnerabilidades) ou o inverso, procurando entendê-lo.

Elaborar com os jovens um quadro para cada Percurso Socioeducativo com as ações levantadas e o que aconteceu com cada uma delas – esta atividade deve ser desenvolvida com muita atenção, pois será importante na condução do Ciclo II de trabalho socioeducativo do Projovem Adolescente.

Sugerimos que se divida o Coletivo de jovens em quatro grupos e cada grupo se encarregue de fazer o levantamento de cada um dos quatro Percursos Socioeducativos. Depois, no Coletivo, poderão analisar juntos como caminharam ao longo dos percursos.

No caso da tarefa da elaboração do mapa do território não ter sido desenvolvida nos percursos anteriores, a tarefa continua sendo a de dividir o coletivo em quatro grupos para pensarem sobre porque não realizaram esta atividade tão importante para o Coletivo e para os territórios em que habitam.

O segundo passo deste plano alternativo à atividade proposta é verificar o que conseguem ainda realizar. Sugerimos que você, Orientador, dê o tempo que for preciso para que os jovens se empenhem e mergulhem profundamente nesta tarefa, sempre com seu auxílio, lembrando novamente que este mapa será de extrema importância como eixo do Ciclo II. Além disso o mapa vai servir como atividade de ligação entre os dois ciclos. Se houver um período de interrupção do serviço entre os ciclos, planejem tarefas individuais para cada jovem desenvolver no período de transição entre o fim do Ciclo I e o início do Ciclo II.

2 – Promoção de Saúde

O objetivo deste tópico é resgatar a reflexão sobre o significado da promoção à saúde para o enfrentamento dos fatores de riscos que atingem os jovens.

Contamos com poderosa ferramenta para fazer frente ao quadro apresentado na introdução do Ciclo I, quando, como mostramos, o adolescente pode encaminhar-se por vias duvidosas e perigosas para fazer frente à invisibilidade social. Contrapondo-se a isso: as próprias bases da promoção da saúde, em especial, as referentes à participação e ao desenvolvimento de habilidades individuais. Através destas se abre a possibilidade de inverter essa dinâmica perversa, via participação ativa dos jovens em atividades importantes da comunidade em que moram, valorizando-se então o ‘*ser ao fazer*’, conforme escreveu o jornalista e historiador uruguaio Eduardo Galeano: “somos o que fazemos para transformar o que somos”.

Inspirando-se nas ideias acima se pode travar um bom combate com outras formas de “protagonismos”¹¹ que vêm sendo praticadas por muitos adolescentes brasileiros. Dentre estas, citamos as ligadas à afirmação violenta da virilidade masculina, à falta de perspectivas, às decorrentes das lógicas mercadológicas, as que advêm da privação de lugares e ambientes comunitários saudáveis, e, por vezes, da exposição a ambientes onde acontece inversão dos valores moralmente praticados pela maioria da população e de acordo com e as leis vigentes. A dominação territorial de grupos à margem da lei cria e aumenta ambientes insalubres e de risco, nos quais há traços específicos de linguagem, comportamentos, atitudes, e até leis próprias que permitem caracterizá-los como uma cultura ou subcultura diferenciada, como as ligadas aos comandos do tráfico de drogas em alguns pontos de favelas cariocas e paulistas.

Essa forma de inserção social ocorre à custa de muitas mortes – como vimos no Percurso III, muito sofrimento familiar, desagregação comunitária e afrouxamento das redes sociais, tornando-se um importante e amplo desserviço – ou mesmo uma ameaça – para os adolescentes e para a sociedade, como um todo. Este assunto precisa ser discutido abertamente com os jovens, como uma condição para fortalecer o seu bem-estar físico, mental e social.

Dentro do corpo teórico da promoção da saúde encontramos vários caminhos para fortalecer os jovens diante dos aspectos mencionados acima. Encontramos essas formas também na *Política Nacional de Promoção da Saúde* (PNPS) cuja leitura (que pode ser feita em partes) sugerimos seja procedida em grupo.

Dica

A Política Nacional de Saúde está disponível através da Internet: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria687_2006_anexo1.pdf Tem como um dos seus três eixos de sustentação, o Pacto em Defesa da Vida (p. 3), seguindo a ideia do SUS de operacionalização de uma Política de Estado, buscando a melhoria da qualidade de vida e a afirmação ao direito à vida e a saúde.

O documento mencionado apresenta políticas públicas que defendem a saúde e a vida, que estimulam o protagonismo dos cidadãos fortalecendo, por exemplo, a participação social. Propõe-se dar um passo além do controle social (que é instrumento fundamental, como vimos no Percurso I, para garantir com a participação popular a transparência dos gestores), mobilizando-se nos processos participativos a criatividade e espírito inovador. É sob este espírito que o trabalho em rede favorece o *planejamento* das ações vinculado às necessidades percebidas e vivenciadas pela população nos diferentes territórios – e garante a sustentabilidade dos processos de *intervenção nos determinantes e condicionantes da saúde*¹². É este o importante e difícil passo que a área de saúde propõe-se a dar, ultrapassando seus limites enquanto setor ou disciplina, uma vez que é sabido que o processo de saúde-adoecimento está ligado também às condições gerais de vida dos sujeitos nos territórios: às condições de trabalho, de transporte, de qualidade do ar, de saneamento de alimentação, de lazer – que condicionam e explicam a saúde. A promoção da saúde envolve, portanto, desenvolver a integralidade, equidade, responsabilidade sanitária, intersetorialidade, informação, educação, comunicação e sustentabilidade.

ATIVIDADE 2

A proposta de trabalho aqui é buscar mais informações sobre cada uma das diretrizes acima para que se possa debater-las com os jovens. Este debate sistematizado será o ponto de partida para o desafio seguinte: fazer um roteiro de atuação no território, seguindo as diretrizes – ou bases – da promoção da saúde, com ênfase nas ideias de *participação social*, com o objetivo de iniciar um processo que contribua para mudanças no território em um ambiente cada vez mais saudável. Esta tarefa ocorrerá de forma articulada com o acompanhamento e planejamento de ações referentes ao “mapa de fatores de proteção e de risco”, cuja melhora significa, em última instância, melhorar o próprio território. Ou seja, o mapa serve para levantar as ações necessárias, de modo objetivo e direcionado e as ideias gerais presentes na promoção da saúde servem para dar o formato, o método, e a filosofia – ou seja, o pano de fundo – sobre como desenvolver essas ações.

Acima está a ideia mais importante para realizar a tarefa. Abaixo seguem algumas perguntas norteadoras, algumas dicas e possibilidades e um exercício para enfrentar o desafio maior proposto acima:

Dicas

E agora que já sabemos tudo isso... O que podemos fazer? Como eu participo do dia a dia de minha comunidade, do meu bairro? Como eu poderia participar? Como poderíamos montar grupos para participar e tentar fazer alguma diferença em diversos assuntos, instituições e modos de funcionamento da comunidade?

Voltando ao início: o que é mesmo saúde? Já falamos muito sobre os direitos... E quais são os deveres, responsabilidades e capacidades (potencialidades também) de um adolescente entre 15 e 17 anos?

Protagonismo, participação social, empoderamento... Que palavras são estas? Quais são as diretrizes (pontos básicos) da promoção da saúde que interessam ao adolescente? A gente coloca isso em prática no nosso dia a dia? Como?

Chegando próximo ao fim de nossa convivência neste Ciclo, a tarefa sugerida requer reunirmos os frutos de nossos esforços até agora: cada grupo de quatro adolescentes, ao criar uma atividade, a partir de alguma das diretrizes (pontos básicos) já discutidas da promoção da saúde, vai colocá-las em prática em pequena escala, como um teste que permitirá, inclusive, avaliar o nosso modo de fazer as coisas, como vimos no Percurso III. É aí? Onde será que isso vai dar?

É importante conversar também com os jovens sobre como articular redes de apoio e de serviços públicos no território: a intersetorialidade é só mais uma palavra difícil? Quer dizer envolvimento de várias redes ou setores da administração pública, por exemplo, de uma prefeitura. Como uma ação pode acontecer envolvendo diversos setores? Por exemplo: um jovem que vive em situação de rua recebe atenção do Estado – este apoio deve ser integral para atendê-lo como uma pessoa que precisa ter várias dimensões de sua existência acolhidas e fortalecidas – a saúde, a educação, a habitação, a assistência social, os direitos humanos e por aí vai. É possível que ele precise de cuidados intensivos em saúde, considerando-se que o tempo de vivência na rua deve ter afetado sua saúde física e mental, e a atenção a ele implicará em reverter os possíveis danos ocasionados. Precisar de intervenção médica para desintoxicar-se? Quando o jovem parou de estudar? Como se pode incentivar sua volta à escola? Este jovem vai morar onde? Ele sofreu maus-tratos? O jovem era ameaçado no local em que morava? É possível contribuir para refazer os vínculos do jovem com seus familiares?

3 – Políticas públicas para a saúde do adolescente/jovem

O que são políticas públicas? Quais são as políticas públicas em saúde voltadas para os jovens? E em relação ao adolescente/jovem: ele participa das políticas públicas?

ATIVIDADE 3: Onde estamos?

Orientador Social, você deverá preparar esta atividade com a ajuda do técnico do CRAS (ou de outro órgão municipal), fazendo-a ou completando-a, já que parte já deve constar do mapa produzido anteriormente com os jovens. Poderá ser feito um levantamento da rede de serviços públicos existente no território e nos bairros próximos, com foco, principalmente nas redes da assistência social e de saúde. Você, Orientador, deve fazer também um levantamento de dados sobre a qualidade dos serviços prestados pela rede da saúde e assistência social – dados que possam ser obtidos a partir de perguntas simples, como por exemplo: ‘Que serviços existem?’ e ‘Qual sua opinião sobre o atendimento que aqui é prestado?’ Estas informações (ao menos as referentes à primeira pergunta) serão levadas para o encontro com os jovens, para serem debatidas com eles.

Dica

Debater com os jovens e informá-los sobre as políticas públicas de Saúde e Assistência Social que existem e que estão voltadas para eles; observar a relação que possa haver entre essas políticas e o Projovem Adolescente. Debater com os jovens de forma específica o benefício de transferência de renda do Programa Bolsa Família, garantido a algumas famílias de jovens que integram o Coletivo, destacando que é direito previsto em lei, que visa, principalmente, suprir seguranças básicas de sobrevivência para os membros da família. O Projovem Adolescente integra a política pública de assistência social e está voltado para garantir aos jovens convívio familiar e comunitário e proteção social, necessários às suas seguranças básicas e às condições de desenvolvimento.

O Coletivo de jovens deve perceber o Projovem como um conjunto de ações socioeducativas e atividades que terão como consequências prováveis diversos tipos de ganhos para os jovens, tanto subjetivos como objetivos, interpessoais e na formação prévia para o mundo do trabalho. Assim como também perceber o Projovem como uma ferramenta que contribua para transformar as “cores no mapeamento do território”, enquanto fatores protetivos e de riscos à saúde: do “vermelho ao verde”.

ATIVIDADE 4

Perguntar aos jovens, sentados em círculo, como eles percebem os serviços públicos oferecidos nos bairros em que moram? A partir de sua própria experiência e observação, como percebem a qualidade destes serviços? Eles já precisaram usar os serviços de saúde ou de assistência social antes? Ficaram satisfeitos?

Em seguida colocar algumas perguntas aos jovens: os serviços são suficientes? O que pode ser feito para melhorar a situação? E informar que um bom começo é os jovens conhecerem bem o que oferece o município e os municípios próximos, em termos de serviços públicos e socializar essas informações no Coletivo. Sugerimos que o orientador acrescente ao mapa de fatores protetivos e de risco, aspectos provenientes do levantamento feito sobre os serviços e que não tenham sido incluídos no momento de confecção do mapa. Este levantamento deve incluir ao menos os serviços do SUS (Sistema Único de Saúde), como o PSF (Programa Saúde da Família) e os do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Dedicar a este último um pouco mais de tempo explicando o que é, para que serve e como está estruturado o SUAS e o PSF no território. É uma boa oportunidade para que vocês do Coletivo convidem alguém do PSF para falar sobre a atuação deles no território, valendo o mesmo para a assistência social, convidando algum técnico do CRAS. Provavelmente os serviços já terão sido incluídos no mapa como fatores protetores, e agora temos a oportunidade de ver se os serviços oferecidos são, de fato, um ponto verde no mapeamento do território, esta é uma tarefa da maior importância. Para esta verificação é altamente válido e recomendável que os jovens, acompanhados inicialmente pelo Orientador Social, se imbuam novamente do espírito pesquisador, como no Percurso III, e vão a campo, aos locais em que os serviços são prestados e façam uma pesquisa qualitativa sobre o grau de satisfação dos usuários. Esta será apenas uma etapa prévia, como um exercício. Os métodos para esta pesquisa serão melhor desenvolvidos no Ciclo II.

Perguntar em seguida para os jovens. ‘O que é *atenção integral* à saúde do adolescente?’ Aguardar para ver se respondem, para então falar um pouco sobre esta outra importante mudança (garantia de atenção integral), que está ligada às garantias legais formalizadas em 1988, a maior parte delas, em relação à infância e à adolescência, reunidas no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (caso eles não tenham um exemplar, procurar ver, com a ajuda deles, se é possível conseguir um, seja através de Conselhos Tutelares, seja através dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente ou alguma outra instituição da rede). A integralidade na atenção à saúde enfatiza que os serviços da saúde devem estar voltados à promoção, proteção e recuperação da saúde, e prestados de forma descentralizada e garantindo participação social que inclui o controle social da população sobre os serviços e uso de verbas públicas.

A integralidade entendida não apenas articulada e em sintonia com as estratégias de promoção da saúde, mas ampliada para contemplar a escuta dos trabalhadores da saúde na relação com os usuários, deslocando a atenção do adoecimento localizado e dos sintomas, para o acolhimento da história do usuário, suas condições de vida e de suas necessidades em saúde, ou seja, dele como pessoa, como sujeito de direitos e com uma história particular.

Outro exemplo da integralidade na saúde, e que registra dados desde o início da vida das pessoas, está nas informações contidas na carteira de vacinação, texto que merece ter partes lidas em grupo.

Orientador Social, passe então à atividade 5.

ATIVIDADE 5

Divida os jovens em grupos de cinco. Garanta que todos os subgrupos tenham um exemplar da caderneta de saúde da criança, que substituiu a antiga caderneta de vacinação, ou, pelo menos, que tenham cópia da página nº 08 da caderneta atual (2008) que é entregue para os pais de cada brasileiro que nasce. Eles devem ler atentamente e debater item por item o que consta como direitos fundamentais, quase todos extensivos da infância para a adolescência. Refletir com os jovens se tiveram e se têm atualmente estes direitos respeitados e como fazer para que sejam de fato respeitados. Para os jovens que tiverem filhos, recomenda-se que participem da atividade a partir de seu papel de pai/mãe, pensando sobre o respeito aos direitos de seu bebê ou de sua criança. Ao fim do tempo determinado para a discussão em pequenos grupos, o Coletivo volta a reunir-se em círculo, sendo apresentado um resumo das considerações de cada grupo por um porta-voz deste, lembrando que o ponto de vista de mães e pais é muito importante e deve ser contemplado na conversa entre todos.

Esta pequena lista de direitos já é uma boa pauta para ilustrar direitos pelos quais vale à pena lutar também no Ciclo II do Projovem Adolescente.

Curiosidade

O avanço que representa a ideia de integralidade em saúde nos faz lembrar a importante descoberta feita por um médico chamado Balint (1986). Ele percebeu que, para além do tratamento clínico técnico eficiente aos problemas de saúde dos pacientes, havia alguma outra coisa que fazia grande diferença para a recuperação do paciente: a própria relação médico-paciente. Quanto mais o médico via a pessoa que atendia apenas como um órgão ou como uma doença a ser curada, mais difíceis tornavam-se os processos de recuperação e vice-versa. Ver o paciente como pessoa inteira e escutá-lo como tal, ajudava na recuperação. Perguntar então aos jovens para fechar esta parte: Por que vocês acham que acontecia isso? O que afinal estaria por trás desta diferença na recuperação?

Como ampliar nossa ação e criar ambientes saudáveis?

O que significa um desenvolvimento local integrado e sustentável? É possível esboçar um plano em pequena escala nesta direção? Então vamos, podemos aqui trabalhar de forma integrada com o tema meio ambiente.

Sobre estes assuntos nos debruçaremos no Ciclo II.

Orientador,

ao longo dos quatro Percursos do Ciclo I os jovens vieram montando um “Mapa sobre os fatores protetores, de risco e vulnerabilidade em saúde”, existentes no território. Este “Mapa” é uma excelente ferramenta para refletir sobre as condições de saúde da população e sobre as potencialidades e oportunidades de soluções dos problemas que se apresentam e que podem se tornar foco da atuação dos jovens no Ciclo II. Proponha agora aos jovens do Coletivo que identifiquem e organizem uma forma de intercambiarem e de socializarem as descobertas registradas no “Mapa” com outros Coletivos de jovens que há na região.

4.5. JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER

1 – Organização da comunidade tendo em vista as esferas Local-Global

O objetivo deste tópico é mostrar ao jovem a relação entre o local e o global, ou seja, que a atuação desenvolvida por ele no bairro/território em que vive, influencia e é influenciada pela realidade em sua totalidade.

Neste percurso socioeducativo, você, Orientador Social, terá a função de dar sequência à pesquisa realizada anteriormente, além de pensar com os jovens projetos que futuramente possam contribuir com as políticas públicas. Para isso será necessário debater sobre formas de organização dos jovens do Coletivo, na perspectiva do desenvolvimento de ações coletivas.

A compreensão do Local-Global

Para iniciarmos as discussões a respeito do local e do global, precisamos levar em consideração que cada realidade apresenta uma singularidade, influenciada pelas questões mais gerais da sociedade. Uma ordem econômica global, que busca impor-se em todos os lugares, na tentativa de se efetivar uma única forma de pensar. No entanto, os lugares respondem ao mundo, demonstrando singularidades que procuram subverter a tentativa de homogeneização do pensamento. Nessa perspectiva, na concepção de Santos (2006, p. 273), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Para melhor compreendermos como se constrói essa relação na realidade concreta no território em que o jovem vive, podemos tomar aqui um exemplo: no bairro em que o jovem reside, existem espaços e equipamentos de esporte e lazer, como por exemplo, um campo de futebol em que seu uso é também influenciado, muitas vezes, pela mídia que acaba ditando interesses, formas de agir, de vestir, de se relacionar. As diferentes marcas esportivas não devem ser importantes para a aquisição de uniformes, chuteiras e bolas, por parte das crianças e dos jovens, como nos querem fazer acreditar as grandes empresas do mercado esportivo produzindo influências globais em nosso dia a dia. No entanto, o Orientador Social pode contribuir para que esse espaço do campo de futebol, por exemplo, seja apropriado pelos jovens de outra forma.

Pensando na forma de apropriação por parte dos jovens, mesmo sendo um campo de futebol, outras manifestações da cultura corporal podem ser vivenciadas lá, como o jogo de queimada, as brincadeiras populares, a capoeira, o bet's (dança), entre outras práticas corporais.

Para debater com os jovens

Procure conversar com os jovens, o que eles entenderam por local e global. Quais são as possíveis relações que podemos fazer no dia a dia desses jovens? Para iniciar esse debate você também pode pensar em alguns exemplos em que se observa tal relação. Lembre-se que o local está diretamente influenciado pelas relações econômicas, sociais e políticas que são regidas pelo global. No entanto, muitas vezes o local desenvolve ações que lhes são próprias, pois cada lugar tem sua especificidade, sua relação de vizinhança, sua relação de cooperação, de solidariedade, que acabam extrapolando a razão organizacional, característica da ordem global.

As discussões em torno do global e do local são necessárias para que o jovem possa compreender e dar sentido a suas ações dentro da comunidade. Não basta modificar o bairro em que vive, pois este sofre influências políticas, sociais, econômicas, culturais dos bairros do entorno, de sua cidade, dos municípios vizinhos, do estado, do país e do mundo.

As ações que os jovens podem e devem propor em seu território precisam estar articuladas com a totalidade para que favoreçam a mudança e a transformação que são necessárias.

Após discutirmos a relação entre o global e o local, necessitamos concretizar nossas discussões em ações para que os jovens se sintam estimulados a atuarem em seus territórios, buscando organizar-se para reivindicar junto às entidades competentes melhores condições e acessos efetivos aos serviços de saúde, de assistência social, aos direitos humanos, ao trabalho, à cultura, ao esporte e ao lazer.

ATIVIDADE 1

Os jovens devem perceber como a comunidade se organiza a partir das atividades esportivas e recreativas no seu tempo/espaço de lazer (a preocupação é perceber se as práticas corporais desenvolvidas no território permitem alguma forma de organização coletiva).

Devem também observar nos espaços existentes no seu território/bairro quem são os responsáveis por seu funcionamento e sua manutenção, qual é a localização, o número de pessoas que atendem, quais são os projetos (esportivos e culturais) existentes, a qual faixa etária se destina e assim por diante. Para efetivar tal tarefa os jovens devem utilizar o roteiro abaixo:

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Cidade: **Data:**

Espaço observado:

Descrição do perfil dos equipamentos existentes:

Os jovens ao iniciarem essa fase das observações devem descrever o histórico do local e do equipamento; sempre existiu esse espaço ou se ele servia anteriormente para outra finalidade? O que havia antes naquele lugar? Já passou por reformas? Quando foi inaugurado? Qual é o órgão ou instituição que é responsável pelo equipamento/espaço? (Se é a Prefeitura, o Estado ou se é uma empresa privada). Em que lugar se localiza seu endereço e quantas pessoas costumam frequentar esse espaço.

Descrição do uso do espaço:

Os jovens devem descrever se existe alguma escolinha de futebol, basquete, vôlei, tênis de mesa, ou outro projeto pensado para o espaço que esta sendo observado; quais são as pessoas que costumam frequentar esse espaço – se são idosos, adultos, jovens, crianças; quais são as práticas corporais vivenciadas ali e quais seriam outras possibilidades de outras apropriações.

Dica

Tendo em vista as experiências corporais já vividas ao longo do Ciclo I o jovem tem condições de ir ao território identificar quais são os órgãos responsáveis pelos espaços existentes; quantas pessoas, aproximadamente, eles atendem e se existem projetos desenvolvidos na comunidade seja pela prefeitura, por ONG's ou instituições privadas e a qual/quais faixa(s) etária(s) atendem.

2 – Síntese das ações coletivas (revendo o caminho percorrido para entender o tema)

O objetivo deste tópico é mostrar ao jovem o trajeto trilhado por ele nos quatro percursos: partindo da concepção da cultura corporal, passou por ações de reconhecimento do grupo em que conviveu, até chegar a ações que contribuam para modificar sua realidade, através de pesquisas mais elaboradas sobre as condições existentes para praticar as manifestações da cultura corporal, em favor da construção da cidadania coletiva.

Orientador, até este ponto, a intenção foi contribuir para a ampliação de seu entendimento e dos jovens sobre o esporte e o lazer, tomando como perspectiva de explicação, interpretação e aporte teórico-prático a cultura corporal.

Através de um olhar histórico para as manifestações esportivas e de lazer, diferentes pontos de vista foram apresentados aos jovens. Neste processo, constatamos que o esporte é uma manifestação da cultura corporal que merece tratamento cuidadoso, para que não se reforce um entendimento desta prática baseada, exclusivamente, nas informações veiculadas pela mídia, muitas vezes enganosas.

Com base nesta concepção forjada sobre o esporte e o lazer – sempre contraditória –, partimos para ações de organização coletiva, através de pesquisas sobre os equipamentos e espaços de lazer, relacionando a concepção de cidadania baseada na valorização do coletivos, em que a juventude é sujeito de mudança de sua realidade com capacidade de intervir e contribuir na transformação das situações de abandono e desigualdades.

Fazer com que o jovem perceba que, mesmo tendo espaço no seu bairro para a prática das manifestações da cultura corporal, se não lhe forem garantidos os equipamentos necessários, de nada valerá. Por isso, ter uma quadra e não ter bola, rede ou tabela, de nada adianta. Neste sentido, a organização coletiva deve orientar ações que contribuam para gerar serviços decorrentes de políticas públicas. Não que o jovem seja responsável pela elaboração das políticas, mas pode se inserir nas discussões sobre orçamentos e planos diretores, por exemplo, a fim de buscar garantir seu direito ao lazer e ao esporte e o da comunidade, sem esquecer que o responsável por isso é o Poder Público, em primeiro lugar.

Cumpramos, por fim, que as ações deste tema – Esporte e Lazer –, no Projovem Adolescente, partem do reconhecimento da cultura corporal do sujeito até chegar às ações que aprimoram estas práticas, agora envolvendo todo o Coletivo de jovens.

ATIVIDADE 2

No tópico dois, apontamos que os jovens devem pensar em concretizar ações que não se restrinjam ao território/bairro em que vivem, mas que possam servir de exemplo para outras comunidades. Assim, a atividade que propomos tem como objetivo construir propostas de atuação dos jovens em seus territórios.

Os jovens deverão formar grupos com cinco integrantes, mas que não sejam os mesmos que se envolveram em atividades anteriores. Cada grupo deve preparar um projeto simplificado de atuação no bairro, na área do esporte e lazer para a comunidade em que vive.

Após toda a sistematização dos roteiros de observação realizados, os jovens têm elementos para proporem ações. No entanto, precisam de um roteiro que facilite suas ações.

- a) Primeiramente os jovens precisam compreender as características dos locais, dos territórios/bairros onde vivem, ou seja, precisam saber quais são os aspectos que influenciam positivamente e negativamente o local. Dessa forma, precisam saber se existem grupos artísticos, grupos de *hip-hop*; se há uma organização a respeito de times esportivos e quais são os espaços físicos considerados potenciais para pensar na ação coletiva? Caso não exista espaço para efetivar a ação, em quais lugares poderiam improvisar? (Eles já têm alguns elementos que foram pesquisados anteriormente).
- b) Outro ponto que deve ser levado em consideração é procurar identificar as lideranças comunitárias (e os grupos de pessoas que elas representam), contatando-as, seja nas associações de moradores ou com os sujeitos que são reconhecidos como lideranças no local. (Caso não o tenham realizado, a partir das tarefas e roteiros anteriores).
- c) Após o mapeamento realizado nos itens anteriores os jovens devem propor uma reunião com as lideranças locais, com pessoas por eles representadas e com moradores do bairro, interessados em contribuir com essa ação, para poder buscar efetivar a proposta.

Orientador

As informações recolhidas pelos jovens a partir dos “Roteiros de Observação de Espaços de Esporte e Lazer no território”, devem ser interpretadas, discutidas, organizadas, contribuindo para o processo dos jovens de entendimento da localidade em que vivem e para a expressão e o exercício de escolha de focos de atuação dos jovens no território. Os resultados colhidos podem ser preparados para serem apresentados a outras pessoas do bairro, por exemplo, em um evento coletivo que marque o encerramento do Percorso IV e do Ciclo I.

Poderiam, por exemplo, ser montados três painéis expostos no evento:

- *um que mostrasse a situação atual do território com relação a espaços de lazer e esporte no bairro;*
- *outro que mostrasse os problemas, os limites e as dificuldades dos espaços existentes para seu uso e oportunidades de lazer e esporte aos moradores da comunidade; e*
- *um terceiro que apresentasse as potencialidades e oportunidades que existem ou que poderiam vir a serem desenvolvidas com a participação e a ação dos jovens.*

4.6. JUVENTUDE E CULTURA

*Um barco que veleje
Nesse informar
Que aproveite a vazante
Da infomaré
Que leve meu e-mail lá
Até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer
(...)
Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes
De Connecticut*

Pela Internet (Composição: Gilberto Gil)



Ciranda. FONTE Filho, Carlos da. *Espetáculos Populares de Pernambuco. Recife: Bagaço, 1999. p. 172.*

Neste Percurso IV, o que foi discutido até então culmina na identificação de questões-desafios, ou seja, problemas e potencialidades que mobilizam os jovens para fazer propostas de ação, passíveis de se efetivarem no Ciclo II, atendendo demandas locais, mas fazendo uso de recursos que poderiam perfeitamente “ganhar o mundo” e divulgar o que está sendo realizado pelos Coletivos de pesquisadores do Projovem Adolescente. Cabe aqui também pensar em tendências importantes do mundo atual, em especial as mudanças no mundo do trabalho e no comportamento jovem.

A comunicação presencial, do “cara a cara”, do “olho no olho” continua sendo importante. É aí que a confiança do grupo se formou. Mas as distâncias e os momentos em que não é possível para todos estarem ao mesmo tempo no mesmo lugar podem ser contornados pela ajuda das novas tecnologias. Saber como usar as tecnologias é um fato novo, mas saber como lidar com as pessoas é uma questão que prossegue, afinal sempre foi e continua sendo uma das bases da vida em sociedade.

Neste sentido, este percurso procura também destacar a potencialidade da cultura como temática transversal, atividade humana que concilia todos os saberes e práticas desenvolvidas pelas distintas temáticas. Na relação do indivíduo com o espaço, a cultura é um instrumento para a apropriação e compreensão dos territórios. Busca evidenciar o quanto a cultura é dinâmica, tendo como exemplos as tendências extremamente atuais da chamada *cultura digital*. Mais do que nunca talvez, se pode contar com recursos cada vez mais presentes e acessíveis e que podem ser usados para transformar a sua vida e a vida do seu grupo social.

Um paralelo possível entre as potencialidades dos novos recursos e a base cultural dos participantes é a ideia de textos abertos para as opiniões de todos, o que é possível através de *blogs* e listas de discussão através de *e-mails*. Assim como as indagações feitas durante os percursos para estimular o pensar-sentir de todos e a expressão de suas opiniões, estes “textos abertos” para as opiniões de todos podem ajudar a colocar e responder indagações pontuais do grupo de jovens em seu contexto. Assim, o que cada um sabe sobre o assunto é valorizado e todos vão conseguindo compreender a construção coletiva do conhecimento, como algo que parte de um “senso-comum” e que vai sendo enriquecido pelas opiniões diferentes.

Outro aspecto fundamental é que não há soluções prontas exatamente para o que o grupo precisa. Em termos de recursos, os participantes terão que aprender aos poucos como “filtrar” o que é realmente pertinente dentre tudo

o que é oferecido, como programas e serviços gratuitos. Já no que diz respeito às possibilidades de ação, os exemplos oferecidos merecem realmente ser conhecidos, mas devem servir mais de inspiração do que como modelos a serem simplesmente copiados. E esta lista é apenas um ponto de partida para se navegar entre tantas outras iniciativas existentes no país que também podem sugerir boas ideias para o grupo.

Cabe agora estimular os participantes ao sonho e à progressão das conquistas de direito, à expressão da vontade de agir frente a uma realidade que se quer contribuir a mudar. Já sabem valorizar as conquistas do presente, cabe continuar e lhes dar um encaminhamento para um futuro. Eles já avaliaram e mapearam a sua realidade em volta, agora cabe trabalhar a criatividade, a autonomia, a capacidade de projetar e planejar para, posteriormente, no Ciclo II, executar. Mais que inclusão digital, o que se deve buscar é a inclusão cultural como um todo. Nesse sentido é preciso fazer o grupo ir além dele mesmo e se relacionar com as outras pessoas do território/comunidade, como de outras iniciativas similares que têm muito a ensinar aos grupos e, quem sabe, mais adiante aprender também. Em ambos os casos novamente tanto a comunicação direta como a mediada pelas tecnologias coexistem e se complementam, pois o que é realmente importante é a comunicação em si, com o aprendizado e a ação que ela viabiliza.

Dica

Este último percurso do Ciclo I visa agregar os temas discutidos ao longo do ano numa proposta de realização que leve a público as atividades do grupo e consolide o comprometimento dos participantes. Dentro das possibilidades locais, o grupo deve procurar tecnologias úteis, agora não mais apenas para buscar informação, mas sim, para se organizar e para se comunicar entre si e com o mundo.

Estimule:

o questionamento de recursos que já são usados de forma natural pelos jovens, como e-mail gratuito, em contraste com a posição dos mais velhos que tendem a desconfiar das facilidades oferecidas;

a discussão da Inclusão Digital e sua importância para diminuir diferenças e dinamizar as transformações culturais em curso.

1 – Cultura digital

O objetivo é propor ações efetivas ao alcance dos participantes integrados num Coletivo capaz de pensar sua localidade. Destacar o uso das novas tecnologias de comunicação e a renovação cultural do ser humano que faz uso da criatividade, da sua capacidade de sonhar e de executar.

A tecnologia em si não é boa ou ruim, mas amplifica e potencializa a ação humana, tal como um megafone pode fazer o bom cantor alegrar multidões e o desafortunado incomodar muito mais gente!

SEABRA, Carlos. *Inclusão Digital: algumas promessas e muitos desafios*. Revista Escola Viva, Ano I, No 1, jul. 2007. p. 36.

A cultura digital é caracterizada pelas várias formas de uso da Internet para sociabilização. A Internet pode servir para manter contato com amigos, retomar antigas amizades, ou ainda fazer novos amigos. Isso começou com mensagens de correio eletrônico, páginas pessoais e programas de conversa em tempo real.

Depois começaram a surgir vários serviços com acesso gratuito que se baseiam em redes sociais e permitem que as pessoas coloquem as informações que desejam mostrar sobre si e ver as que outras pessoas apresentam. Assim, uma nova forma de se comunicar e de estabelecer “trocas” vem se consolidando. Modelando novos meios de comunicação, pessoas distantes se aproximam, encontram-se e criam relações, sensibilidades afetivas, trabalhos e ampliam os conhecimentos. Tudo isso até bem pouco tempo parecia impossível. São expressões da cultura do nosso mundo atual.

Internet gratuita? Mesmo?

Mas qual o sentido desses serviços serem de graça? As pessoas que os usam fornecem informações sobre seus gostos pessoais, como músicas e filmes favoritos. As empresas que fornecem esse tipo de serviço conseguem dados sobre os interesses das pessoas e usam todas essas informações para investir em alguns mercados ou buscar anunciantes para os seus sites. Isso revela o alcance dessa tendência tecnológica e suas razões econômicas.

Entretanto o alcance da cultura digital se encontra limitado pela necessidade de equipamentos, nem sempre acessíveis a todas as pessoas, muito embora várias localidades já tenham serviços públicos de acesso à Internet. Outra limitação é de ordem educacional técnica, pois lidar com um computador exige além de saber ler e escrever alguns conhecimentos específicos que demandam tempo e alguma orientação.

Na medida em que saber usar computadores e Internet se torna uma exigência para conseguir determinados trabalhos, a cultura digital gera também exclusão social. Neste sentido, o que era solução também pode se tornar um problema. Há também a questão de como as diferentes gerações lidam com os equipamentos.

Os jovens são os mais entusiasmados com o uso da Internet para sociabilização e encontrar coisas do seu interesse, como músicas. Mas, a cultura digital não se limita a uma faixa de idade. Embora as crianças aprendam com incrível facilidade, pois lidam com o computador de forma lúdica, mesmo as pessoas mais velhas, quando conseguem “se desligar” do medo de errar, descobrem que podem usar o computador e a Internet para tarefas que antes exigiam deslocamentos, como fazer as compras da casa em um supermercado ou encontrar um livro.

Mas, afinal será que a cultura digital facilita ou atrapalha a comunicação entre as pessoas? Por um lado, realmente, facilita ao permitir contatos que a distância dificultaria e ao criar novas formas de sociabilidades e de socialidades “virtuais”, mas se usada de forma exagerada também pode prejudicar as outras formas de relacionamentos “presenciais” com as pessoas que não estão “conectadas” e com o restante do mundo. Muitas pessoas que começam a utilizar a cultura digital para se comunicar abrem mão de andar pela praça, do encontro na casa de amigos ou de uma caminhada ao ar livre para ficar “protegido” em lugares fechados sob a luz da telinha do computador. É preciso ter bom senso e não esquecer as coisas boas que existem além da Internet como um bom passeio e uma conversa ao vivo, do “olho no olho” com uma pessoa de quem se gosta.

Outros ainda questionam se as diversidades culturais ganham ou perdem com a cultura digital. De fato, a televisão tende a enfatizar um determinado padrão cultural sobre o restante das diversidades locais. Já a Internet permite algumas formas de expressão direta dos indivíduos, como *blogs*, o que pode ser usado para afirmar sua cultura. E as comunidades podem fazer o mesmo, não apenas na Internet, mas também podem reivindicar espaços em rádios e televisões educativas e comunitárias.

Inclusão Digital

“Num mundo em transformação, onde cada vez mais o computador é o veículo de transporte da mente e um instrumento essencial de trabalho, não podemos preparar as novas gerações para um mundo de subalternidade (...) Afinal, não basta apenas surfar na Internet: também é preciso aprender a fazer onda (...) Assim, é necessário frisar que a inclusão digital não é apenas ensinar a utilização da tecnologia ou disponibilizar o acesso à rede: é preciso haver um trabalho de identificar as demandas informacionais da população a alcançar. A produção de conteúdos deve ser vista como uma estratégia importante no processo de inclusão, somando-se aos demais esforços, como formação e capacitação de multiplicadores, criação de redes locais e comunidades virtuais, bem como integração com políticas públicas e ações de responsabilidade social.”

SEABRA, Carlos. *Inclusão Digital: algumas promessas e muitos desafios*. **Revista Escola Viva**, Ano I, No 1, jul. 2007. p. 36-39

Dica

Assim como as novas tecnologias trazem vantagens, trazem também novas demandas e agora é o momento de avaliar quais as novas possibilidades e exigências que os jovens irão enfrentar. Trabalho, tecnologia, conhecimento, tudo isso é cultura. Em especial são aspectos da cultura decisivos para os jovens que precisam se consolidar como cidadãos.

Estimule:

- a avaliação dos aspectos positivos e negativos das novas tecnologias no trabalho e no convívio das pessoas.
- a exposição de opiniões sobre o que cada um considera realmente positivo ou não. E quais aspectos “negativos” aceitariam em função de outros “positivos”.

O trabalho na era digital

Além de novas tecnologias, a cultura digital promove uma série de mudanças de possibilidades de vida das pessoas. Isso não diz respeito apenas a novas profissões que surgiram (como a de programador) e outras que se viram ampliadas ou praticamente reinventadas (designer, publicitário). Várias profissões tradicionais (professor, médico, secretária) ganharam com os novos recursos. Também vários serviços como bancos e bibliotecas mudaram muito e passaram a exigir trabalhadores mais qualificados.

Mas os limites de trabalho e lazer nem sempre são muito claros na Internet. Muitas vezes, o que seria lazer ou outras atividades pessoais, invadem o tempo e o espaço de trabalho e cada vez mais as pessoas fazem parte do seu trabalho em sua casa. Algumas empresas e escolas adotam normas e até usam recursos para bloquear o que não diz respeito ao trabalho ou estudo. Já os “trabalhadores *on-line*”, contratados ou autônomos que trabalham em suas próprias casas, vivem uma condição de tempo de trabalho indefinido, algumas vezes até assumindo uma carga de trabalho maior que a usual para o trabalho num escritório com horários para chegada e saída.

Ainda é cedo para afirmar o quanto mais o trabalho vai mudar no mundo digitalizado e globalizado, mas é certo que as transformações vão continuar. Com elas, além de possibilidades, muitas exigências. Procure conhecer mais sobre essas novas formas culturais, pois podem fazer diferença na sua vida.

Dica

Com os conhecimentos adquiridos nos percursos anteriores e uma perspectiva crítica da cultura digital é hora de lançar mão de alguns recursos que estão aí disponíveis. Com algum equipamento básico e vontade de aprender já é possível começar um projeto simples, que não precisa ser perfeito e livre de erros. O importante é começar! Esta é a ideia principal deste percurso: mais que um fim, uma transição, a sugestão de novos começos para o grupo e seus participantes. Para inspirar, apresentamos alguns exemplos de outras iniciativas.

Estimule:

- a visita aos sites dos exemplos apresentados e, se relevante, estimule que façam algum contato através de e-mail para troca de ideias;
- a apresentação de diferentes projetos para a atividade final dentro do próprio grupo, que deverá avaliar qual a ideia mais viável, mas incorporando elementos interessantes dos outros projetos para compor a versão a ser executada.
- a experimentação de recursos livres da Internet, com avaliação do grupo de quais as melhores alternativas para as suas atividades.

Como fazer a “onda” ao invés de apenas “navegar”?

Esta parece ser uma boa ideia: mostrar para o mundo alguma coisa sobre o local onde os jovens vivem. Pense a respeito da sua identidade cultural e as diversidades culturais que conseguem observar em seu bairro e na sua cidade. Vocês conseguiriam definir o que é a cultura local de onde vocês vivem e apresentar em um programa de televisão, rádio ou jornal? Fazer um site ou um *blog*? Comunicar-se por e-mail ou em tempo real com alguém que vocês queiram? O que lhes parece?

Colamos abaixo alguns sites para vocês se inspirarem e para lhes ajudar fazer parte da cultura digital. “Naveguem” ou “surfem” pelas ondas do mar da cibercultura. Vejam o que é possível falar do que está sendo feito em sua comunidade para melhorar a vida das pessoas. Cabe uma dica: antes procurem saber sobre outras iniciativas neste sentido e as experiências que podem lhes ajudar a começar melhor. Aproveitem as facilidades da Internet e mãos à obra.

Recursos digitais

Alguns recursos que você pode usar de graça na Internet. Todos eles podem ser acessados em quase todos os computadores e irão facilitar muito a sua vida:

Buscas: procure e encontre grande parte das informações que precisa com serviços como Google (google.com.br), Yahoo (yahoo.com.br), MSN (msn.com.br) e outros.

Correio eletrônico: permite você trocar mensagens com seus colegas e pedir mais informações. Os serviços de buscas oferecem as opções mais usadas e consolidadas.

Blog: permite publicar suas próprias páginas na Internet, como notícias, e ainda receber comentários de quem lê. Também há centenas de opções. As mais conhecidas são o Blogger (blogger.com) e o Wordpress (pt-br.wordpress.com).

Programas livres: se puder instalar nos computadores que tem acesso, procure experimentar programas que possam ajudar no seu trabalho. Para mensagens instantâneas os mais conhecidos são o MSN Messenger ou o próprio Gmail com a opção “bate papo”. Há também navegadores rápidos e seguros como o Firefox (br.mozdev.org). Podemos encontrar programas como o Open Office (broffice.org), para tarefas de escrever textos, imprimir, fazer planilhas de cálculos e apresentações, e até sistemas completos como o Linux Ubuntu (ubuntu-br.org), que já trazem vários programas consigo.

Ponto de Cultura

É uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) nos municípios, para incentivar projetos culturais através de parcerias entre o poder público e a comunidade. Conforme as necessidades do projeto, o MinC pode oferecer recursos e equipamentos que ajudem na sua continuidade.

www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/programa_cultura_viva/pontos_de_cultura

Casa das Artes

Com diversos projetos na área da educação e cultura, a Casa das Artes apoia a continuidade do ensino fundamental e médio das crianças e jovens das favelas do Rio de Janeiro e a sua melhor integração com a sociedade. Sua estratégia para inclusão e formação integral e complementar que busca revalorizar as comunidades locais. Além de visitas guiadas a museus e centros culturais, a Casa de Cultura promove também produções em vídeo, oficinas de grafite, fotografia e linguagem corporal. www.casadasartes.org.br

Rádio Margarida

O Centro Artístico Cultural de Belém, conhecido como Rádio Margarida, é sempre lembrado em Belém do Pará pelo velho ônibus com alto-falantes que circula pela cidade funcionando como uma mistura divertida de rádio e escola ambulante. Oferece a quem está por perto notícias, informações sobre saúde, higiene, educação, direitos humanos, ambiente e cultura da Amazônia. Seu método de trabalho inclui teatro de rua, teatro de bonecos, malabares, rádio-teatro ao vivo e transmitido (em parceria com estação de rádio local), vídeo, televisão popular e jornal comunitário. www.radiomargarida.org.br

Conexão Felipe Camarão

O Ponto de Cultura Conexão Felipe Camarão é um projeto que complementa a formação educacional de crianças, jovens e adolescentes do bairro de Felipe Camarão, Natal, Rio Grande do Norte, com o resgate da cultura e identidade local. Oferece oficinas de Auto do Boi de Reis, capoeira, musicalização de flauta, pífano, rabeca e lutheria (artesanato de instrumentos musicais). O Auto do Boi de Reis, e o resgate de personalidades do bairro, como Mestre Manoel Marinheiro são reconhecidos como patrimônio imaterial pelo MinC. www.conexaofelipecamara.org.br

ATIVIDADE 1: “Territórios valorizados”

Atividade integrada, que reúne os seis temas transversais desenvolvidos neste percurso socioeducativo na organização e realização de uma “Festa Comunitária” ou um “Festival Cultural”;

Objetivos:

- (a) socialização, entre os Coletivos do bairro e da região e com a população do território, dos saberes construídos pelos jovens a partir dos temas transversais e o que aprenderam sobre a realidade dos territórios;
- (b) socializar entre os Coletivos e com a comunidade, o levantamento de desafios encontrados no território

e, dentre eles, aqueles que foram escolhidos pelos jovens para atuação social, apresentando também as ações que se pretende desenvolver ; e

(c) encerramento e avaliação do Ciclo I e confraternização entre os Coletivos;

A atividade requer tempo e integração de ações entre os Coletivos: a proposta é que se dedique a ela tempo semanal, previsto nos Encontros e nas Oficinas para planejamento / organização / desenvolvimento / avaliação da atividade.

Essa é a ocasião de valorizar o empenho de todo o grupo no sentido de concretizar as práticas propostas ao longo do ano. O objetivo aqui é completar as pesquisas iniciadas nos percursos anteriores criando uma espécie de “Inventário da Localidade”, lúdico e atrativo, culminando em uma “Festa” ou um “Festival Cultural” observando as tradições da cultura local na culinária, brincadeiras, danças, jogos etc.

A atividade visa integrar todas as habilidades de geração do conhecimento adquiridas, voltando a programação para o conjunto da sociedade. Além da integração de todas as temáticas tratadas ao longo dos quatro percursos do Ciclo I, os jovens, com os Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas devem articular conhecimentos e práticas. O uso das diferentes metodologias de pesquisa (exploração pelo território, compreensão das formas de expressão escrita e de imagens), estimuladas por todos os temas tratados. De acordo com as disponibilidades técnicas e a capacidade coletiva de firmar acordos de cooperação e parcerias esse último percurso que estimula o uso da cultura digital (computadores e Internet), poderá oferecer um alcance maior para as atividades de planejamento, organização e divulgação.

As exigências da atividade podem variar de acordo com o tamanho e o contexto do grupo de jovens, mas aqui seguem algumas sugestões iniciais:

- levantar com os jovens todas as pesquisas realizadas e/ou que ainda estão em andamento e que foram feitas pelos vários temas trabalhados e buscar formas criativas de apresentar esse inventário e os conhecimentos apreendidos sobre o território. Por exemplo, podem-se colocar esses resultados sobre o mapa do bairro (ou da região) utilizando diferentes linguagens gráficas criadas pelos jovens, que ajudem a construir uma cartografia que revele as principais descobertas feitas nas pesquisas;
- os jovens podem fotografar pontos e locais do bairro ou da região onde moram, que expressem tanto as situações e os dados levantados nas pesquisas, quanto outros aspectos pouco conhecidos ou que mostrem a identidade da localidade. Os trabalhos fotográficos podem vir a compor uma exposição que integre a “Festa” ou o Festival Cultural”, possibilitando socializar com a comunidade as descobertas feitas pelos jovens;
- definir o local onde ocorrerá o evento com a comunidade para a apresentação dos resultados das pesquisas e projetos realizados pelos vários temas e pelos Coletivos de Jovens;
- planejar os atrativos e montagem da programação completa do evento, definindo as linguagens a serem utilizadas (teatro, música, dança, atividades circenses, atividades culturais regionais, atividades esportivas e de lazer etc.);
- identificar as necessidades para a realização das atividades;
- identificar a rede de possíveis parcerias (recursos materiais e aprovação política);
- elaborar cartas para solicitar apoios e patrocínios;
- montar plano de divulgação e distribuição (definir quais os meios que devem ser utilizados para melhor comunicar o evento);

- providenciar Impressos – Jornais, cartazes, filipetas e convite para a festa;
- fazer um *Release* (uma pequena síntese informativa sobre o evento) para a imprensa local e divulgação via Internet;
- providenciar Convites oficiais (para apoiadores, financiadores, autoridades e imprensa);
- elaborar um livreto (pequena publicação) para divulgar os espaços públicos culturais, de lazer, esporte, saúde e culturais que há na cidade;
- organizar a decoração dos espaços da festa/evento;
- montar e desmontar equipamentos e materiais utilizados (incluindo limpeza e reorganização do local utilizado);
- avaliar no Coletivo e intercoletivos o evento realizado e os seus resultados.

5. BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, M. C. B. **Famílias e Políticas Públicas**. In: ACOSTA, A. R; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.

SPOSATI, A. **Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais**. Caderno e Textos da VI Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: CNAS/MDSCF, 2007.

JUVENTUDE E TRABALHO

CAJU - Equipe da Casa da Juventude Padre Burnier. **Subsídio de Apoio da Escola de Educadores de Adolescentes e Jovens**. Goiânia. Disponível em: <http://www.casadajuventude.org.br/>.

FIDALGO, F. & MACHADO, L. **Dicionário da Educação Profissional**. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio**. 3ª. Edição, Versão Eletrônica autorizada à Positivo Informática Ltda, 2004.

LABORATÓRIO TRABALHO & FORMAÇÃO, COPPE/UFRJ. **PROJOVEM - Planejamento. Programação e controle**. Tópico 3. Guia de Estudo. Unidade Formativa II. Formação Técnica Geral. 2º Edição. 2007.

JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS

BEETHAM, D. **Democracia e Direitos Humanos: direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais**. In: SYMONIDES, J. (org). **Direitos Humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: UNESCO, 2003.

BRASIL. **I Conferência Nacional de Políticas de Juventude**. Brasília: 2007.

JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

BRASIL. **Juventude, Cidadania e Meio Ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas**. Brasília: MMA & MEC, 2006.

_____. **Consumo Sustentável: manual de educação**. Brasília: Consumers International/ MMA / MEC / IDEC, 2005.

_____. **Agenda 21 brasileira: bases para discussão**. Brasília: MMA/ PNUD, 2000.

_____. **Construindo a agenda 21 local**. Brasília: MMA, 2003.

_____. **Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola**. Brasília: MEC/ MMA, 2005.

PORTO, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JUVENTUDE E SAÚDE

BALINT, M. *The Basic Fault*. Evanston: Illinois. 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal nº 8.060, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria687_2006_anexo1.pdf.

_____. Boletim Epidemiológico AIDS/DSTs. Vol. nº I. Brasília: MS, 2007/2008.

CASTEL, R. **Da Indigência à Exclusão, A Desfiliação** – precariedade no trabalho e vulnerabilidade relacional. Saúde e Loucura. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio. Dicionário Eletrônico Séc. XXI**. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira, 1986.

HUGUET, C. **Adolescentes pobres e tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro**: aproximação sociológica e psicanalítica ao problema. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ENSP – FIOCRUZ, 2005. Disponível em <http://bvssp.cict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/1/4/841-huguetcrm.pdf>

MANUAL MERCK para a família. **Problemas de Saúde na Infância**. In: Puberdade e Problemas na Adolescência. São Paulo: Med, 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS-OMS). Informativo *Clima e Saúde*, 7-8. 13 de novembro de 2000, Disponível em: www.opas.org.br/sistema/fotos/clima.htm.

PORTELLA, A. P. **Gravidez na Adolescência** – Documento de Referência para o Debate no Ministério da Saúde. Recife: mimeo, 2005.

SOUZA, V. **Juventude, Solidariedade e voluntariado**. Fundação Odebrecht. Brasília: MTE & SEDH, 2003.

VALENTE, G. M. S. **Saúde Oral na adolescência**. Adolesc. Latinoam. v. 1 nº 3 Porto Alegre oct./dic. 1998.

JUVENTUDE ESPORTE E LAZER

MARCELLINO, N. C. **Lazer, Espaço Urbano e Transversalidade**. In: CARVALHO, J. E. (Org.). Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade**: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

_____. **Lazer e Utopia:** limites e possibilidades de ação política. Revista Movimento. Vol. 11, nº 3, p.155-182. Porto Alegre, 2005.

MATIELLO JÚNIOR, E; GONÇALVES, A. **Entre a bricolagem e o personal training, ou... a relação atividade física e saúde nos limites da ética.** In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, XII., 2001, Caxambu, MG. Sociedade, ciência e ética: desafios para a educação física/ciências do esporte. Anais... Caxambu, MG: DN CBCE, Secretarias Estaduais de Minas Gerais e São Paulo, 2001.

MULLER, A. **Espaços e Equipamentos de Lazer e Recreação e as Políticas Públicas.** In: MULLER, A; BURGOS, M. S. (Org). Coletânea de Textos do Encontro Nacional de Recreação e Lazer – 14 ENAREL. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

PELLEGRIN, A. **Equipamento de Lazer.** In: GOMES, C. L. (org.). Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnicas e tempo, razão e emoção. 4ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

JUVENTUDE E CULTURA

ASSOCIAÇÃO Cidade Escola Aprendiz. **Bairro-Escola Passo a Passo.** São Paulo, 2007.

BRASIL. **I Conferência Nacional de Cultura:** Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília: MinC, 2007.

_____. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil.** 2ª ed. Brasília: MinC, 2007.

CASTELL, M. **A sociedade em rede.** 9ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONTE, C. F. **Espectáculos Populares de Pernambuco.** Recife, 1999.

LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. **O que é virtual?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

MANCIE, E. **A revolução das redes.** A colaboração Solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

SEABRA, C. **Inclusão Digital**: algumas promessas e muitos desafios. Revista Escola Viva. Ano I, nº 1, jul.2007, p. 36-39.

ELETRÔNICAS:

AMADEU, S. **Diversidade Digital e Cultural**. Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural: práticas e perspectivas. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/forunsdecultura/culturadigital/artigos/index.php?p=27418&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 05 dez. 2007.

MALINI, F. **Cultura Digital**: para além da fragmentação. Seminário Diversidade Cultural Brasileira, 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/forunsdeculturadigital/artigos/index.php?p=2731&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 05 dez/2007.

Todos os conteúdos apresentados nas publicações do Projovem Adolescente foram construídos em parceria com os Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

0800 707 2003
www.mds.gov.br

Esplanada dos Ministérios
Bloco C • CEP 70.046-900 • Brasília • DF



**Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome**

